

Neste livro, sete etnias indígenas do Nordeste projetam suas Memórias para o futuro das suas próprias comunidades e de toda nossa humanidade.



ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS

MEMÓRIA



ÍNDIOS NA VISÃO DOS ÍNDIOS



*Esta terra tinha dono  
Tinha uma grande nação  
Descoberta pelos brancos  
Para nós, povos, invasão  
Aqui não tinha divisa  
Não tinha cerca, nem picada  
Nossa riqueza era a partilha  
Não se acumulava nada  
Hoje tudo é garantia  
Quem pratica a igualdade  
Não precisa de utopia*

***Amotara Tupinambá***

***Foto: Ângela Berlinde***

As comunidades indígenas participantes deste projeto são as verdadeiras autoras deste livro. Agradecemos a todos os indígenas que escreveram, desenharam, tiraram fotos ou foram fotografados, entrevistaram ou foram entrevistados.

Agradecemos especialmente o compromisso de: Nhenety e Suirá (Kariri-Xocó); Marcelo e Irany (Karapotó); Apolonio (Xokó); Joel Braz e Maria da Ajuda (Pataxó); Atiã (Pankararu); Maya (Pataxó Hãhãhãe); Amotara, Seu Amaral, Katu, Jamopoty, Kaluanã, Jaborandy e Potyra Tê (Tupinambá); que assumiram a responsabilidade de socializar este projeto com seus povos.

Agradecemos também a colaboração de: Manuel Rozental, Carlos José F. Santos, Cony Cuetia, Carole Chouet, Ângela Berlinde e Débora Sebriam

Realização: Thydêwá

Editor: Sebastián Gerlic

Edição de textos: Vilma Almendra, Gabi de Mello, Maria Pankararu, Nhenety Kariri-Xocó

Projeto Gráfico: Ravi Santiago

Produção Gráfica: Helder Câmara Junior, Ravi Santiago, Tiago TAO

Para maiores informações, acesse: [www.thydewa.org/memoria](http://www.thydewa.org/memoria)



Quem quiser usar conteúdos deste livro, com fins educacionais, através de trechos ou copiá-lo na sua íntegra, sinta-se à vontade! Aproveite ao máximo sua criatividade e some na valorização da diversidade cultural e na promoção da cultura da paz.

Se fizer uso do conteúdo deste livro, você deverá manter esta mesma licença.

Lembre-se de citar o nome completo do livro e dar os créditos ao/aos autor/es.

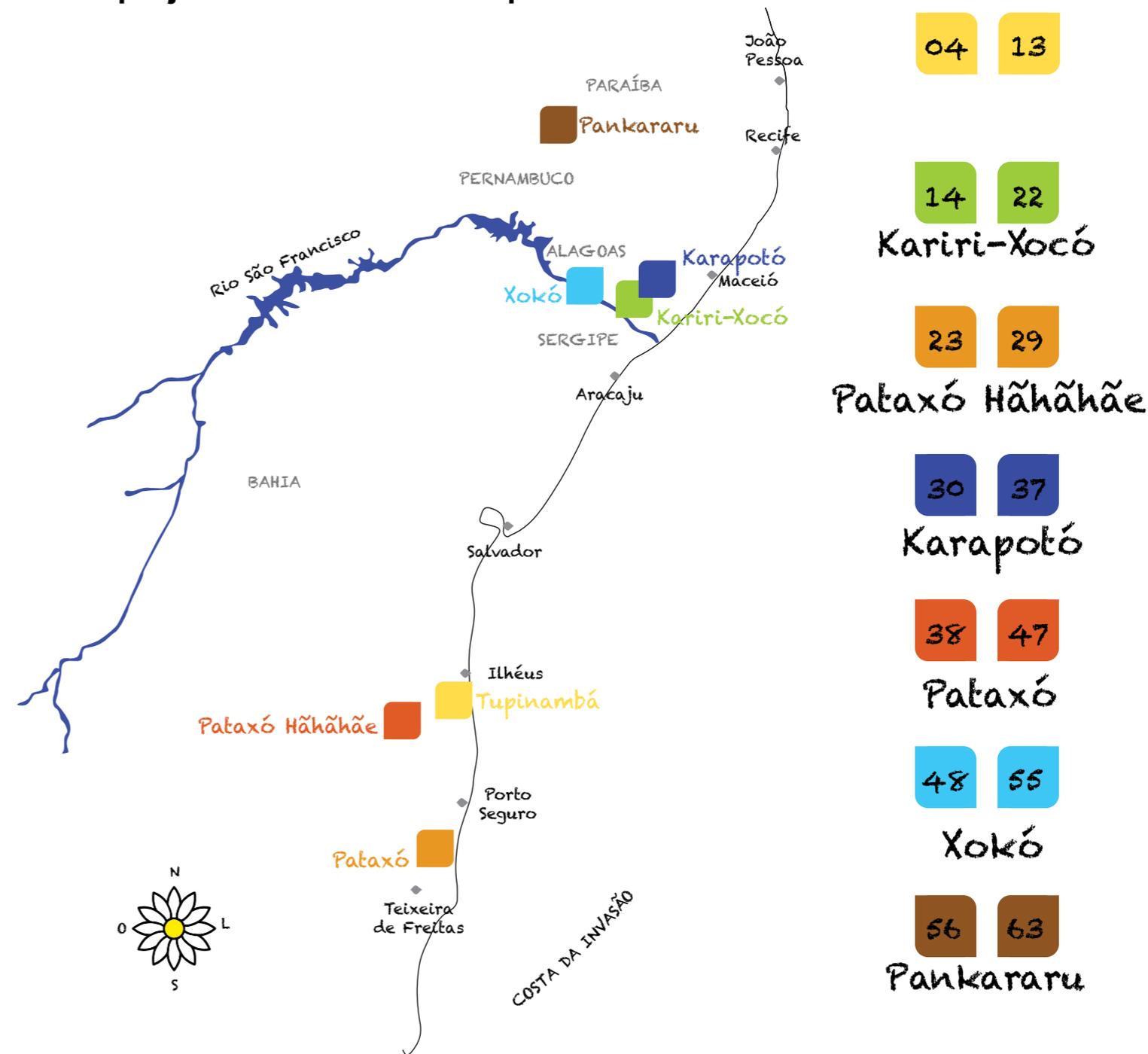
Compartilhe conosco a sua versão! Ficaremos felizes de conhecer o resultado do seu trabalho.

Para qualquer atividade com fins comerciais, você deverá fazer uma solicitação prévia através do email: [contatos@thydewa.org](mailto:contatos@thydewa.org)

Não permitimos nenhum tipo de uso para empresas que desrespeitam a Mãe Natureza.

O coletivo que realizou este livro, com tiragem de 1.000 exemplares, propõe-se a vender 500 unidades, a R\$ 20,00 cada, dando continuidade a esta coleção.

Cada uma das sete comunidades indígenas participantes deste projeto é autora de um capítulo do livro:



**H**á quinhentos anos atrás, os portugueses invadiram nossas terras, deram o nome de Brasil ao nosso território ancestral e apelidaram os nativos de índios, achando que tinham chegado à Índia. Ai começou toda a desgraça contra os povos nativos, contra os verdadeiros guardiões dessa terra. Os portugueses enganaram, mataram, escravizaram, estupraram nossas índias e dizimaram muitos povos.

Para os povos que não morreram, os portugueses forçaram muita coisa: não falar mais nossa língua materna, vestir roupas e não fazer mais nosso ritual sagrado, ou seja, queriam descaracterizar um povo que sempre teve sua própria cultura.

Hoje, exigimos nossos direitos, que sabemos que temos, desde muito tempo, bem antes da invasão. Também queremos lembrar que a Constituição Brasileira garante os nossos direitos de demarcação, homologação e desintrusão em todo nosso território tradicional e ancestral. Em pleno século 21, nós, Tupinambá de Olivença, ainda sofremos discriminação, preconceito e até ameaça de morte. Sempre tivemos nosso jeito de viver e, até hoje, não somos respeitados pelos invasores. Agora, os fazendeiros e o resto dos coronéis, falam que vivem nessa terra há 80 anos, mas eles esquecem que bem antes de Pedro Álvares Cabral invadir o Brasil, nós, nativos, da etnia Tupinambá, já habitávamos essas terras.

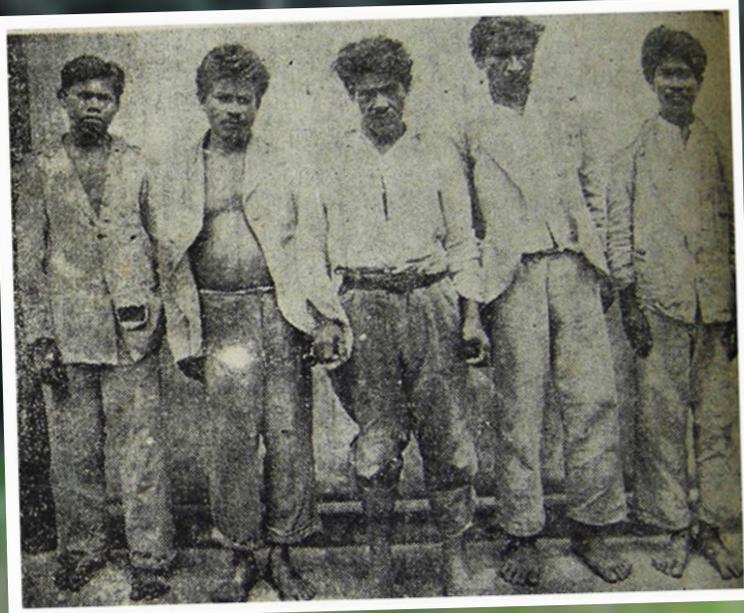
Governo, fazendeiros e coronéis não falam dessa dívida que têm com o povo Tupinambá de Olivença. Lembremos que em 1560, Mem De Sá ordenou que matassem todos os Tupinambá de Olivença. Historicamente, esse ato ficou conhecido como a Batalha dos Nadadores, no rio Cururupe - que significa rio dos sapos. Mas também ficou conhecido como rio de sangue, porque a água do rio ficou vermelha como sangue. Centenas de corpos de guerreiros Tupinambá foram colocados, enfileirados, no meio da praia. Quem não morreu, fugiu.

Todos que fazem o mal contra nós, Tupinambá de Olivença, precisam saber que das árvores que eles derrubaram, ficaram muitas sementes e essas sementes brotaram e vem brotando a cada dia que passa.

*Kaluana Tupinambá*  
<kaluana.tupinamba@gmail.com>  
Para seguir a história: [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net)



**A História do povo**  
**TUPINAMBÁ**  
**DE OLIVENÇA**  
que não está nos livros



No dia 06 de novembro de 1936, o jornal Estado da Bahia, comemorando a prisão de Marcellino José Alves declarou em sua manchete: “Era uma vez, o Caboclo Marcellino”.

Junto com ele, foram presos outros índios de Olivença.

Veja foto ao lado, tirada na cadeia de Itabuna - da esquerda para direita: Caboclinho (17 anos), Marcionilio, Marcellino, Pedro Pinto e Marcos Leite.

Ouvindo nossos anciões, percebemos que aquela manchete estava errada, pois segundo os mais velhos, Marcelino continua vivo na memória dos moradores do Território Indígena Tupinambá de Olivença.

A figura de Marcelino é símbolo da luta do nosso povo por sua terra. Memória guardada por nossos antepassados e que o povo de Ilhéus e a sociedade brasileira insistem em esconder.

### (Para o) Branco criminoso.

De um lado, a imprensa e a elite cacauzeira da época apresentavam Marcelino como assassino, bandido e comunista. Curioso que ao criminalizarem os caciques Tupinambá de hoje, a história se repete.

Segundo o Processo nº 356 do Tribunal Nacional de Segurança de 1936, que o julgou, Marcelino, era “um malandro explorador da ingenuidade dos pacatos e genuínos descendentes de caboclos que vivem na zona de Olivença”. Entretanto, para os anciões indígenas de Olivença, a história é bem diferente. Sobre os acontecimentos, os mais antigos narram que ele foi preso por causa da sua luta contra a invasão das terras indígenas de Olivença.

## Marcelino vive em nós.



[katutupinamba@uol.com.br](mailto:katutupinamba@uol.com.br)  
[carlos.josee@uol.com.br](mailto:carlos.josee@uol.com.br)

*Autores:*  
Katu Tupinambá  
Carlos José F. Santos (Casé)

Naquele mesmo Processo, fica claro o seu objetivo: “botar pra fora de Olivença os grandes de lá que lhes tinham tomado as suas terras e haveres (...) os quais, sem ser por intermédio de engenheiro iam, por conta própria, invadindo as terras dos caboclos, tomando-as e botando-os para fora, perseguindo-os e escorraçando-os”.

Nossos anciões lembram que entre as décadas de 1920 e 1930 houve uma “onda de massacres” em nossas terras.

E aqui vale lembrar o massacre ocorrido no Rio Cururupe, comandado pelo governador geral da Bahia, Mem de Sá, em 1559. Contam que após a batalha, os corpos dos índios mortos ficaram estirados por uma légua pela praia, mostrando a quantidade de parentes assassinados. Este episódio ficou conhecido como “Batalha dos Nadadores”.

Segundo os anciões, a “Revolta de Marcelino” ocorreu por causa da construção da ponte sobre o Rio Cururupe, que ele era contra. Marcelino sabia que a ponte facilitaria mais invasões em nossas terras e, por isso, ele lutava para evitar o contato entre brancos e os índios de Olivença.

Marcelino foi um grande líder Tupinambá e, por ele, temos muito respeito e admiração. Mantemos viva a sua memória para fortalecermos os nossos guerreiros de hoje com o seu espírito de coragem e dignidade. Marcelino está presente em nossa luta, com muito orgulho!

## Marcelino é presente

De fato, ele incomodou muita gente naquela época. O jornal Diário da Tarde noticiou: “nas capitâneas do estado e da república, consta que [Marcelino] andou pelos ministérios e secretarias, tratando muito a sério da defesa dos aborígines [...] clamando proteção para os donos verdadeiros da terra e matas virgens”.

A partir daí, ele passou a ser muito perseguido pelos políticos e coronéis de Ilhéus. Os anciões explicam que Marcelino era um índio bom, que ajudava todos os parentes, sendo considerado um “Lampião” nas redondezas.

Mas como Marcelino era o único índio que sabia ler e escrever, isso incomodava ainda mais os poderosos da época. Para eles, Marcelino era um criminoso por organizar o movimento indígena e reivindicar os direitos.

Por causa de sua luta, passou a ser procurado pela polícia que torturava os parentes para “darem conta de Marcelino”.

“Os policiais chegavam arrombando as portas, queimando as ocas e matando os animais. Arrancavam as unhas, cortavam a língua, as orelhas... Maltratavam de todo jeito para capturarem Marcelino.”

Muitos parentes tiveram que fugir para as matas para não morrerem.

Um dos índios que a polícia pegou foi Duca Liberato. Pediram para ele contar o paradeiro de Marcelino. Calado ele ficou. Então, a polícia arrancou suas unhas e orelhas e disse que, da próxima vez, o mataria se ajudasse Marcelino.

Enquanto isso, Marcelino fugia mata a dentro, comendo peixe e farinha seca. Os parentes ficavam preocupados quando não sabiam do seu paradeiro. Marcelino se escondia numa toca na Serra das Trempes. E foi ali, muito machucado e sem ter o que comer, que ele foi capturado.

Os soldados armaram uma cilada. Houve tiroteio e um tenente foi atingido na perna. A polícia, então, recuou. Mas vendo o sofrimento dos parentes que eram torturados por lhe protegerem, Marcelino acabou se entregando. Passou um tempo preso e depois conseguiu fugir e se esconder na reserva Caramuru-Paraguassú. Na primeira oportunidade, voltou para Olivença. Dizem que a polícia o pegou novamente e aí, deu o sumiço nele. Até hoje, ninguém sabe o que fizeram com ele.

*Autores:  
Katu Tupinambá  
Carlos José F. Santos (Casé)*

Marcelino lutava para recuperar as terras perdidas e expulsar os novos ocupantes da antiga aldeia de Olivença. Sua luta é hoje exemplo para nós, Tupinambá de Olivença, que continuamos na luta pela terra.

*Palavra dos anciões:  
D. Angelina, D. Lurdes, D. Genilda, D. Matilde,  
D. Domingas, D. Dinete, D. Delfina, D. Alice, S. Alício e S. Pedro Braz*

# OLIVENÇA: ALDEIA MÃE

**M**eu nome é Amotara (Amar a todos), mas no registro está Nivalda Amaral de Jesus. Eu nasci aqui em Olivença no dia 10 de outubro de 1932. Já vou fazer 80 anos, mas me lembro muito bem como era Olivença. Era aldeia. Só tinha casa de palha, de taipa e muitos índios. Não tinha emprego; cada um tinha sua pequena roça. Era difícil ir a Ilhéus porque não tinha carro; a gente ia a pé. Na sexta-feira, todos vinham da roça para Olivença trazendo seus burrinhos carregados com frutas e farinha para vender e trocar por peixe. De tarde, já voltavam com o burrinho carregado da feira. E aqui nós vivíamos muito felizes e unidos. Quando um não tinha uma coisa, o outro tinha e já ajudava. Era assim Olivença.

## ÁGUA SAGRADA CONVERTIDA EM MERCADORIA

A piscina era medicinal. Antes do banho, a gente tomava dois ou três copos da água para limpar o estômago, o intestino, a pele. Aquela água curava tudo. Naqueles tempos, não tinha água encanada, então a gente botava na lata e carregava na cabeça até chegar em casa. Aí coava, botava no pote e ia beber. O lugar era bem rústico, com uma bica de patí (árvore). Nós tomávamos banho junto de uma pedra grande que tinha lá. O povo de fora, quando chegava, ia logo tomar banho. E depois que os brancos começaram a frequentar, eles tiraram a pedra. Mas a piscina foi feita pelos índios e não tinha esse negócio de vender banho, não. Eles chegaram e logo transformaram nossa piscina sagrada em comércio.

## RETOMAR AS TERRAS QUE O BRANCO ROUBOU

Eu acho que devemos fazer as retomadas porque, se a gente não fizer, os fazendeiros não abrem mão. Temos que fazer as retomadas, garantir as terras para eles saírem daqui e reconhecerem que as terras são dos índios. E são dos índios mesmo. A parte das roças, essas baixadas, as praias, tudo.

Sabe por quê? Eu te conto. Antigamente, todo mundo tinha suas pequenas roças. Essas roças não eram medidas. Bastava chegar, abrir o lugar para botar roça e não bulir com o rio para ele não secar. Cada um tirava dali o seu sustento e por isso, a gente tinha cuidado com a água, com a terra, com tudo. Os brancos botavam uma venda e vendiam fiado porque os índios não tinham dinheiro. Quando a conta ficava muito grande eles falavam para o índio que ele tinha que dar um pedaço da roça para pagar. Os grandões chegavam para medir logo. E aí pronto: registrou, titulóu e acabou. Meu tio, mesmo, trocou sua roça por uma banda de arraia. Era assim que eles faziam. A terra não tinha valor porque depois da colheita, se ia para outro lugar fazer outra roça. E quando a gente viu, não tinha mais lugar para fazer roça.

## DEMARCAÇÃO JÁ PARA VIVER EM PAZ

A casa de vovó era de taipa e já estava em ruína, toda escoradinha. Quando os brancos chegaram aqui em Olivença, eles disseram que não era mais para fazer casa nem de taipa nem de palha e sim, de alvenaria. Mas era difícil para a gente comprar tijolo e esses materiais. Um dia, vovó foi lá na aldeia, no Campo São Pedro, buscar umas varas e uns paus para arrumar a casa dela e o pessoal recomendou que ela ficasse na sua casa e não saísse de lá. Se ela saísse, os brancos iam botar fogo para construir uma casa de alvenaria para eles e quando ela voltasse já teria outra casa no lugar. E era assim que a gente perdia nossas casas.

Acho que depois das terras demarcadas, Olivença não precisa ter suas casas de palha e taipa novamente. As casas que forem indenizadas, a gente deve derrubar para começar tudo de novo, do jeito que a gente quiser. Podem ser casas humildes, mas eu espero que todo mundo viva unido. E fique à vontade na piscina, para tomar o seu banho. Não dá pra comprar seu banho!

### A UNIDADE QUE DESEJO RECUPERAR

Eu acho que antigamente era melhor. Sabe por quê? Porque o pessoal parece que tinha mais fé e amor. O calor do povo era muito melhor do que hoje, vivia todo mundo unido. Quando um ficava doente, não faltava gente naquela casa, todo mundo acolhia. De noite, não tinha luz elétrica, mas tinha os lampiõezinhos e aí, todos sentavam na porta para contar história. Eu mesmo me lembro de muitas histórias da minha avó. Hoje não é mais assim porque já tem a televisão.

Mas Deus é quem sabe e eu espero é coisa boa!

*Amotara Tupinambá*

# SOMOS MEMÓRIA DA TERRA

Potyra Tê Tupinambá

<potyratupinamba@indiosonline.org.br>

Terra para nós indígenas é tudo! É fonte e mãe da vida! Para a sociedade capitalista, a terra e seus produtos são utilizados como objeto de lucro e mercadoria. Para nós, indígenas, a terra é o lugar no mundo com o qual estabelecemos uma relação de intimidade e de diálogo, onde a queda d'água, o rio, a serra, a árvore e a pedra são testemunhas de nosso passado, de nossa memória. A Terra é a nossa mãe, onde repousam nossos antepassados. É nosso chão cultural, habitada por nossas tradições, referência básica de nossos valores essenciais, campo de nossa história!

Não há como conceber um povo indígena sem terra. A relação que temos com a terra transcende qualquer relação que um não índio tem com sua casa ou sua cidade natal. A terra para nós não é uma propriedade que tem um valor monetário e pode ser vendida. Não se vende sentimento, amor, memória. Em respeito a esta memória de nossos antepassados, hoje, mesmo passados 512 anos de opressão, continuamos lutando pelo nosso direito ancestral, pela nossa Mãe Terra.

O Povo Tupinambá, que diziam ter sido exterminado há séculos, continua lutando por justiça. Estivemos durante muito tempo escondidos, mas sem esquecer a nossa essência, a nossa história de massacres e lutas. Lutamos pela demarcação de nosso Território Tradicional, mas o Estado Brasileiro não cumpre com seu dever e então temos que fazer a nossa AUTODEMARCAÇÃO. A Terra Tupinambá, está sendo destruída, grandes empreendimentos hoteleiros, areais, desmatamento... Mas em breve estará em nossas mãos onde poderemos continuar a existir em harmonia com a nossa Mãe Terra.

Nós, indígenas Kariri-Xocó, do município de Porto Real do Colégio, em Alagoas, somos na realidade, um grupo de origem pluriétnica. Nossa formação vem da resistência dos Kariri, Aconã e Karapotó no século XVII, dos Tupinambá e Natu no século XVIII e dos Xocó no século XIX.

Nosso universo representa-se em forma de círculo. Nossa visão cultural é de um “Horizonte Circular”, de cor azul, com a Aldeia Kariri-Xocó no centro, a natureza ao redor e o Rio São Francisco passando pelo meio e completando o ecossistema.

Nossa aprendizagem é baseada em círculos evolutivos. Por exemplo, para ser um pescador, inicia-se a aprendizagem com a criança fazendo artefatos de pesca, construindo anzóis, redes e armadilhas. O pequeno índio torna-se assim, hábil pescador adulto, fechando o círculo da pesca. Para ser uma ceramista, a menina aprende com a mãe a arte de modelar o barro, as técnicas tradicionais de confeccionar potes e panelas e pintar os objetos. Mas a sua aprovação como ceramista é quando se torna adulta, dominando toda a arte e fechando, assim, o círculo da cerâmica. O território tradicional é sagrado para nosso povo e tudo é diferente em comparação a outros lugares: o Sol, a Lua, as estrelas, as nuvens, a chuva, as serras, tudo...

No passado, o homem branco fez muitas perguntas: - Qual o tamanho da terra? Qual o limite? Qual a forma do território - quadrado ou redondo? Qual o marco divisor?

E o índio respondeu: - O Sol nasce e se põe em nossas terras; a linha do horizonte é o limite, onde o céu se encontra com a terra, de forma circular porque o nosso mundo é redondo.

É que antigamente, nosso povo circulava por todo esse território, morando aqui e ali, acompanhando as caças e dando nomes aos lugares. Se um gavião cantasse no momento em que nossos ancestrais avistavam uma serra, logo davam o nome de “Serra do Gavião”. Se eles vissem uma onça entrar numa gruta durante a caçada, chamavam o local de “Gruta da Onça”. Uma lagoa com muitos jacarés denominavam “Lagoa do Jacaré”.

Nossa terra está toda registrada por nosso povo com nomes associados à fartura, alegrias e tristezas. Ela traz nossa cultura e o seu tamanho está de acordo com as nossas necessidades físicas, biológicas e culturais. A área de ocupação tribal não se limita à aldeia, ao lugar de habitação.

MUNDO CIRCULAR  
KARIRI-XOCÓ

Nosso território vai muito além, incluindo áreas de roça, pesca, fruta, fontes de barro para cerâmica e onde estão as caças. O rio é sagrado porque lá vivem os piaus, as xiras, os mandins, os pitús, as tartarugas. A mesma importância tem o lugar onde moram as abelhas, as araras, os macacos, as antas, as cutias, os porcos-do-mato. Os ninhos de aves e pássaros são locais importantes para nossa cultura pela necessidade das penas para os cocares. Os canteiros naturais onde encontramos a macambira, por exemplo, são vitais por serem bancos de ervas medicinais para o nosso povo. Florestas, lagoas, várzeas, brejos, ilhas, enfim, todos os lugares são especiais. A natureza sempre organizou o território tribal e assim, deveríamos seguir a evolução natural.

Mas tivemos que resistir à muita violência. Antes do contato com os brancos, o Território Indígena Tradicional Kariri-Xocó abrangia 3.017 Km<sup>2</sup>, o que ocupava as duas margens do Rio Opara (nome indígena do Rio São Francisco) e se mantinha como um círculo no horizonte, onde a terra se encontrava com o céu, com o Rio, com a floresta atlântica, a mata de caatinga, lagoas e várzeas.

Nosso território físico atual nos oprime, mas um território maior e mais rico ainda está vivo em nossa memória. Com fé e luta, recuperaremos nossas terras.



**A**o Sul do nosso território tradicional, tínhamos um pantanal, de aproximadamente 1.125 hectares, denominado “Várzea do Itiúba”. Esse ecossistema era alimentado pelos rios Itiúba e São Francisco e antes das desapropriações em 1975, pela CODEVASF – Companhia do Vale do São Francisco – era um rico habitat para animais e vegetais.

Entre as espécies da fauna dessas terras inundáveis, destacamos:

AVES (socó, maçarico, urubu-rei, carão, marreco, pato selvagem, pata-choca, gavião, garça, galo d’água, paturi); ANFÍBIOS (gia-caçote, gia-de-padre, sapo, perereca); RÉPTEIS (iguana/camaleão, cágado, cobra-d’água, jacaré-de-papo-amarelo, giricuá, jaracuçu-de-papo-amarelo, jaracuçu-de-papo-verde, jaracuçu-tinga, jaracuçu-maia-de-sapo, jiboia); PEIXES (surubim, mandim, traíra, piaba, lambiá, sarapó, guida, caboge, piranha, capadinho, crumatá, pocomon, niquim, jundiá, aragú); MAMÍFEROS (capivara, lontra, guaxinim, furão, paca, cutia, rato-de-arroz, punaré, onça).

As famílias mais pobres da região tiravam seu sustento desse ambiente através da pesca e da caça, principalmente os Kariri-Xocó, que moravam na Colônia Indígena, uma área reconquistada em 1947, onde já vivia a metade do nosso povo.

Quando os rios Itiúba e São Francisco enchiam, os índios saíam à noite para pescar, mas tudo mudou com a chegada da CODEVASF. As terras alagadas foram desapropriadas, muitas famílias foram retiradas da várzea que foi transformada em lotes irrigados de plantação de arroz.

Com o chamado “desenvolvimento”, a área foi dividida e outras famílias foram cadastradas e receberam por doação do Governo Federal cerca de 300 lotes de terras irrigadas. A Natureza sustentava 2.000 famílias. Nunca faltava alimento. O Rio São Francisco sempre enchia no período das trovoadas, deixando o ambiente propício para a caça e pesca, com fartura de alimento para aves, répteis, mamíferos e nós, indígenas. E hoje é só fome.

O Território Indígena ao longo dos séculos foi modificado, as florestas foram derrubadas para extrair madeira e construir fazendas, engenhos e fábricas. O verde sumiu. Colocaram comportas nas lagoas e várzeas, o que deixou os rios pobres.

## VÁRZEA DO ITIÚBA: NOSSO MUNDO MODIFICADO

Os não indígenas sempre gostaram de inventar nomes em cima do nosso Território: Capitâncias Hereditárias, Províncias, Estados, Municípios; fizeram divisões políticas administrativas com delimitações jurídicas definidas pela lei do Brasil. E foi assim que a Terra Indígena foi entregue ao senhor de engenho, fazendeiro, madeireiro, posseiro, arrendatário, empresário...

As aldeias circulares foram transformadas em cidades com ruas retas e várias etnias misturadas. O índio passou a ser escravo do sistema capitalista implantado na nova terra. Até holandeses ocuparam nossas terras. Hoje, a nossa terra vista de longe, é um pontilhado de luzes com a energia vinda da hidrelétrica de Paulo Afonso, barragem que represou nosso rio para sempre. Como se não bastasse, ainda construíram outras represas ao longo do vale: Três Marias, Sobradinho e Xingó.

E mesmo diante de tantas mudanças, nunca esqueceremos como era o mundo de nossos antepassados - ele está presente em nossa Memória. É importante que os não índios saibam que somos filhos de nossa Mãe Terra. Conhecemos seus segredos de fauna e flora, pois ao longo do tempo, mantivemos uma ligação espiritual com nossas divindades.

# ARTE DE PESCAR

A pescaria é uma arte de sobrevivência muito usada pelos Kariri-Xocó, sendo sua principal fonte de alimento. Somos um povo da cultura do Rio São Francisco, onde desenvolvemos diferentes técnicas de captura de peixe.

A “Pesca de Mão” é uma tradição antiga. Os índios mais experientes pescam no rio sem anzol, tarrafa, rede ou puçá (pequena rede de pescar). De mãos limpas mergulham nas águas profundas, botam o braço na loca e trazem o peixe na mão ou no dente. As mulheres Kariri-Xocó também são ótimas pescadoras. Saem das casas com suas panelas de barro, amarram uma corda na boca da vasilha e vão pescar de mão. Entram na lagoa de águas rasas, se abaixam e começam a procurar o peixe na lama, loca, ou no mato aquático. Quem mais se destacou na pescaria de mão em nossa comunidade foi a finada Laudilina, irmã do Pajé Francisco Queiroz Suíra. Quando nossas índias não tinham o que comer, saíam rapidinho de trás das casas e falavam entre si: - Mulher, vamos pescar de mão para pegar uma moqueca!? Apesar das mudanças culturais ainda pescamos de mão, embora com mais raridade, pela escassez do peixe.

A “Pesca de Caniço” era assim: saíam dois grupos de pescadoras de jereré (espécie de rede feita de fio de algodão), com um homem na frente, cortando o mato. Ao chegar no rio, cada grupo ficava em uma das margens e os dois se encontravam formando uma meia lua, cercado o caniço com seus jererés. Quando o peixe caía nas pequenas redes, era capturado à mão. Nesta pescaria, as mulheres saíam de manhã e só retornavam à noite. Não levavam comida, só o sal e a farinha. Também não esqueciam do fumo e o cachimbo. Comiam lá o próprio peixe que pescavam e ainda traziam muito para casa. Cada mulher levava uma criança para juntar o peixe. O caniço era feito de capim e calumbí, uma madeira encontrada na mata ciliar.

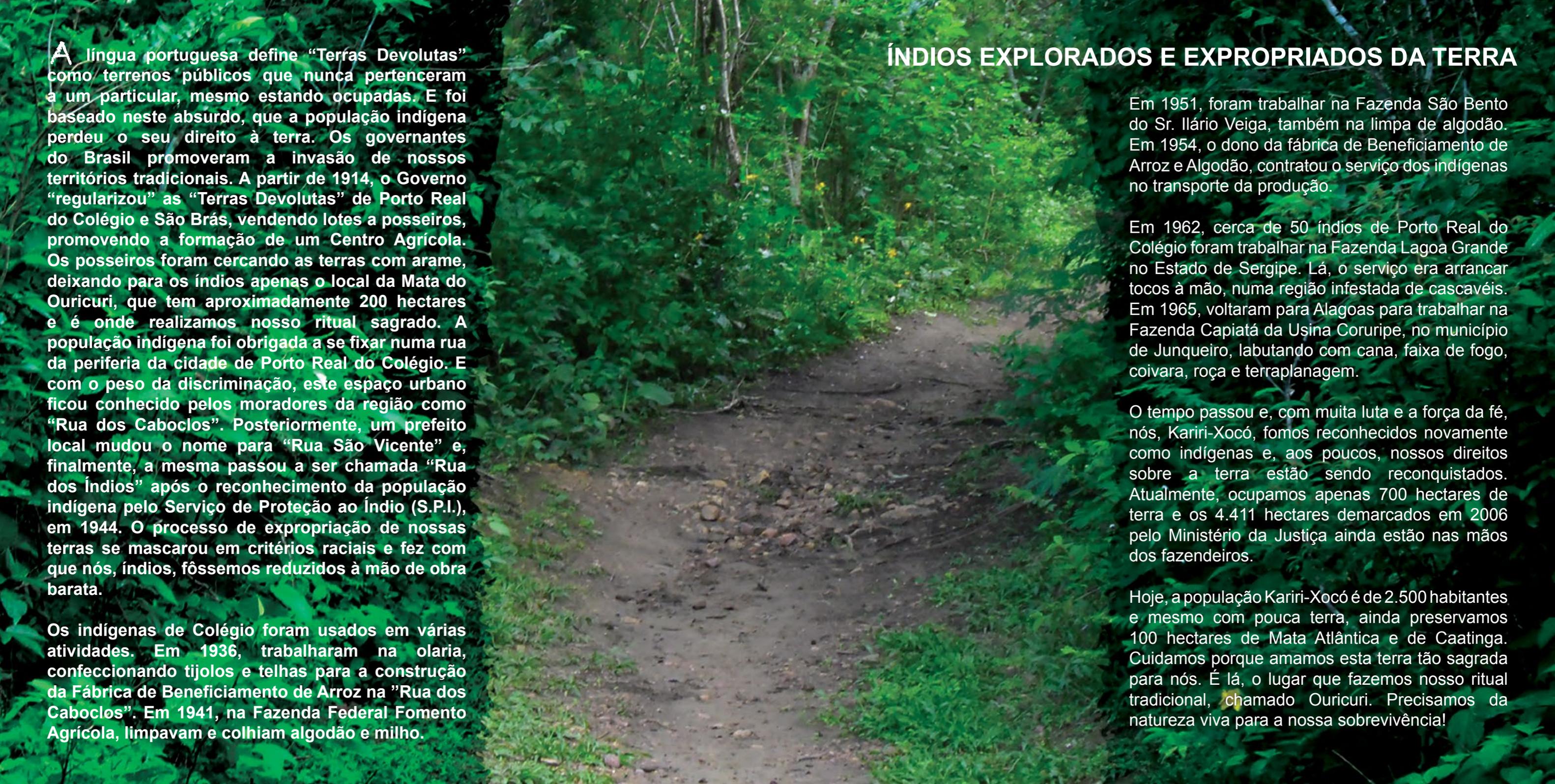
A última “Pescaria de Caniço” feita por nossas índias foi em 1976. ‘Donos’ das propriedades situadas nas margens do Rio São Francisco cortaram o mato do caniço, impedindo a preservação desta atividade divertida e tradicional.

A “Pesca de Cuvú” também é da nossa tradição. Cuvú é uma armadilha parecida com um funil, feito da vara do arbusto de maçazeira. Os pescadores tecem seus cuvús com cipó de rego e amarram com embira de mororó as cordas de caroá até boca do artifício. É necessário que as lagoas estejam com águas rasas, para facilitar a captura dos peixes de lama. Alguns homens saem, às vezes, mordidos pelas piranhas. Antigamente, nossos pescadores levavam para casa até vinte quilos de peixe. Os que mais se destacaram nesta modalidade foram os senhores Tuninho, Zeca, Elpídio, Antônio Tinga e Zé Poô.

## TRISTE MEMÓRIA DOS FILHOS DO SÃO FRANCISCO

Até o século XVII, o Vale do Rio São Francisco era ocupado por vários grupos indígenas. No Baixo São Francisco estavam os Natu, Caxagó, Kariri, Aconã, Karapotó e Xocó. No Médio São Francisco, os Abacatiaras, Vouvés, Romariz e Prakió. No Alto São Francisco, os Xacriabá, Tuxá, Pankararu e outros. Bandeirantes, curraleiros, criadores de gado e fazendeiros exterminaram muitos indígenas para roubarem suas terras. Além disso, muitos indígenas foram utilizados como escravos, nos engenhos de cana-de-açúcar e na criação de gado.



A dirt path winds through a dense, green forest. The path is narrow and appears to be made of packed earth and small stones. The surrounding vegetation is thick and lush, with various shades of green leaves and branches. The lighting is natural, suggesting a daytime setting. The path leads from the foreground towards the background, disappearing into the trees.

A língua portuguesa define “Terras Devolutas” como terrenos públicos que nunca pertenceram a um particular, mesmo estando ocupadas. E foi baseado neste absurdo, que a população indígena perdeu o seu direito à terra. Os governantes do Brasil promoveram a invasão de nossos territórios tradicionais. A partir de 1914, o Governo “regularizou” as “Terras Devolutas” de Porto Real do Colégio e São Brás, vendendo lotes a posseiros, promovendo a formação de um Centro Agrícola. Os posseiros foram cercando as terras com arame, deixando para os índios apenas o local da Mata do Ouricuri, que tem aproximadamente 200 hectares e é onde realizamos nosso ritual sagrado. A população indígena foi obrigada a se fixar numa rua da periferia da cidade de Porto Real do Colégio. E com o peso da discriminação, este espaço urbano ficou conhecido pelos moradores da região como “Rua dos Caboclos”. Posteriormente, um prefeito local mudou o nome para “Rua São Vicente” e, finalmente, a mesma passou a ser chamada “Rua dos Índios” após o reconhecimento da população indígena pelo Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.), em 1944. O processo de expropriação de nossas terras se mascarou em critérios raciais e fez com que nós, índios, fôssemos reduzidos à mão de obra barata.

Os indígenas de Colégio foram usados em várias atividades. Em 1936, trabalharam na olaria, confeccionando tijolos e telhas para a construção da Fábrica de Beneficiamento de Arroz na “Rua dos Caboclos”. Em 1941, na Fazenda Federal Fomento Agrícola, limpavam e colhiam algodão e milho.

## ÍNDIOS EXPLORADOS E EXPROPRIADOS DA TERRA

Em 1951, foram trabalhar na Fazenda São Bento do Sr. Ilário Veiga, também na limpa de algodão. Em 1954, o dono da fábrica de Beneficiamento de Arroz e Algodão, contratou o serviço dos indígenas no transporte da produção.

Em 1962, cerca de 50 índios de Porto Real do Colégio foram trabalhar na Fazenda Lagoa Grande no Estado de Sergipe. Lá, o serviço era arrancar tocos à mão, numa região infestada de cascavéis. Em 1965, voltaram para Alagoas para trabalhar na Fazenda Capiatá da Usina Coruripe, no município de Junqueiro, labutando com cana, faixa de fogo, coivara, roça e terraplanagem.

O tempo passou e, com muita luta e a força da fé, nós, Kariri-Xocó, fomos reconhecidos novamente como indígenas e, aos poucos, nossos direitos sobre a terra estão sendo reconquistados. Atualmente, ocupamos apenas 700 hectares de terra e os 4.411 hectares demarcados em 2006 pelo Ministério da Justiça ainda estão nas mãos dos fazendeiros.

Hoje, a população Kariri-Xocó é de 2.500 habitantes e mesmo com pouca terra, ainda preservamos 100 hectares de Mata Atlântica e de Caatinga. Cuidamos porque amamos esta terra tão sagrada para nós. É lá, o lugar que fazemos nosso ritual tradicional, chamado Ouricuri. Precisamos da natureza viva para a nossa sobrevivência!

**N**a Província de Alagoas, as aldeias indígenas foram transformadas em vilas a partir de 1873 por ordem do Império do Brasil. No dia 07 de julho de 1876 foi criada a Vila de Porto Real do Colégio, onde o Governo Local da Intendência foi instalado resultando numa época de muita dificuldade para os índios.

Fomos obrigados a aceitar a condição de escravidão e miscigenação vendo nossas aldeias se transformarem em povoados, vilas e cidades.

Por exemplo, aqui o cocar foi trocado pelo chapéu; a tanga de palha pela calça de pano; o arco e flecha pela espingarda; o colar de dentes e sementes pelo de metal; a maloca coletiva pela casa privada para um só casal; a rede de dormir ou a esteira pela cama; a lasca de pedra pelo machado de ferro; a canoa pelo carro de boi, que depois veio a moto e o automóvel; o pilão, pelo moinho de cereais; o balaio de cipó pelo baú; o cavador de madeira pela enxada. O café foi incorporado e o mel das abelhas foi trocado pelo açúcar de cana.

Das matas saíam todos os produtos da cultura indígena e as atividades tradicionais mudaram porque as florestas foram destruídas. Nosso modo de viver baseado no coletivo foi substituído por um sistema de produção com acumulação de riquezas, através da escravidão. As consequências foram trágicas. Chamamos esse sistema de Capitalismo. Um sistema que além de ter desestruturado a organização social, política e espiritual dos povos indígenas ainda gerou o esgotamento das fontes naturais do planeta.

## TRANSFORMAÇÕES

Fotografia da coleção etnográfica Carlos Estevão de Oliveira do acervo do Museu do Estado de Pernambuco.

**M**eu nome é Nailton Muniz Pataxó, da etnia Tupinambá. Sou um dos caciques daqui da Terra Indígena Caramuru - Catarina Paraguaçu, vivo aqui com o povo

# PATAXÓ HÃHÃHÃE

## Nós sabemos quais são nossas terras



Meu avô era Tupinambá de Olivença e eu nasci no rancho Queimado, na região do Ourinho, no município de Pau Brasil. Os funcionários do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) venderam e arrendaram o nosso território e nós começamos a sofrer muito, tendo que sair de nossas terras.

Em 1975, me elegeram como uma das lideranças para trabalhar pelos parentes que estavam dentro da área indígena e também para trazer de volta aqueles que estavam fora. Em 1982, a gente conseguiu juntar as pessoas que foram articuladas e retornamos à área de origem, no município de Pau Brasil, na ex-fazenda São Lucas, que estava na posse de Gener Pereira Rocha.

Passamos 17 anos nessa fazenda lutando, esperando que a Justiça resolvesse os nossos problemas, porque foi dada a entrada de uma ação de nulidade de título (Ação Civil Original - ACO nº 312), no Supremo Tribunal em Brasília e o processo nunca era julgado.

Em 1997, Galdino foi incendiado em Brasília e a partir desse momento, começamos a fazer ocupação e ter garantia de manutenção nas posses. Passamos por muito sofrimento, pressões e muitos índios foram transferidos. E com todo esse sofrimento, só em 1997, começamos a ampliar essa área e a manutenção de posse.

Em 1999, ocupamos dez fazendas e isso foi um grande sofrimento na comunidade porque, naquela época, a polícia militar espancava e tirava os índios de dentro das fazendas, entregando as terras para os fazendeiros novamente. E assim, o sofrimento dos Pataxó continuava...

Em 2000, ocupamos outras fazendas onde tivemos muita pressão de fazendeiros, mas também alguns resultados que correspondiam com o desejo da comunidade. A partir desse momento, começamos a viajar com mais frequência à Brasília, e vimos que a espera pelo julgamento era muito cansativa e, então, decidimos preparar novas lideranças.

Eu dei a ideia da gente trabalhar na formação de lideranças dentro da área para que os jovens pudessem entender essa luta. E fiquei preocupado porque o meu sonho era ver o julgamento e muitos dos anciões que começaram comigo, morreram antes do fim a luta, a exemplo de Samado, Higino, minha mãe Lucília, Desidero, Juvenal, Bahetá, João Cravim, Edízio e Nelson Saracura, que não morreu, mas mudou de aldeia.

Foi quando a gente começou a reunir os jovens, dividir as tarefas, explicando que amanhã eram eles que estariam à frente resolvendo nossos problemas e por isso deveriam estar preparados. Lembrei que apesar da morte dos anciões, a luta não podia parar. Então, por isso, eu queria formar lideranças para, na minha falta, eles botarem a luta pra frente. Então assim, criamos os trabalhos de grupos, as roças comunitárias e individuais, a caixinha para as viagens, até que preparamos um grupo bom para as retomadas.

No dia 12 de abril de 2012, fizemos a primeira ocupação, na fazenda Baixa Alegre, localizada na estrada do Rio Pardo. E a gente conseguiu com o mesmo grupo que ocupou aqui, se deslocar até a região do Rio Pardo, ocupando todas as áreas reivindicadas pelos Pataxó Hahahãe, pelos índios que aqui vivem. E assim, foram feitas as retomadas. E, para nós nessa luta, foi muito importante quando chegou o dia 19 de abril. Nós sempre questionamos que não poderíamos comemorar em alegria esta data - que chamam dia do índio - porque assim, estaríamos comemorando o assassinato de índios e terras roubadas. Não podemos esquecer que desde 1982, aproximadamente 30 lideranças já foram assassinadas.

No dia 19 de abril de 2012, tivemos três comemorações históricas, tanto de perdas quanto de ganhos. Completou 30 anos da primeira retomada que fizemos na Fazenda São Lucas, 15 anos que Galdino foi incendiado vivo em Brasília e, neste ano de 2012, celebramos o final da ocupação do nosso território. Baseado nesses trabalhos, eu pessoalmente, fiquei muito feliz em ver o jovem se influenciar, avançando e acreditando em nossa luta. Então, a gente foi somando isso aí e viu que era importante darmos nossa opinião para mostrar à sociedade e aos movimentos indígenas que, somente juntos, resolveremos os nossos problemas. Que se nós ficarmos esperando pela justiça ou alguém decidir por nós, a gente não vai conseguir conquistar o nosso bem, o nosso território, nem vai conseguir resgatar a nossa cultura, aquilo que a gente mais preza, porque a terra é a nossa vida, a terra é a nossa mãe. Sem a terra nos consideramos mortos porque é da terra que a gente vai tirar o nosso sustento, é da terra que a gente vai gerar mais vida.



Hoje, ainda estamos preocupados porque já pegamos um território explorado, degradado, onde plantaram capim e as nascentes foram mortas através do desmatamento. Então, nós precisamos saber como faremos para recuperar muitas coisas importantes que se acabaram dentro do nosso território. Mas o fundamental é que nós já sabemos que se quisermos juntos, conseguiremos resgatá-las.

Por isso, eu acho que outras comunidades indígenas devem ficar em alerta tomando o exemplo dos índios do Posto Indígena Caramuru, do sul da Bahia, do município de Pau Brasil, e que podem contar com a gente! Está sendo resolvido o problema dos Pataxó, dos Tupinambá, dos Camacã, dos Kariri-Sapuiá, dos Baenã, que moram aqui nessa terra. Isso sim, está sendo resolvido. Mas o nosso compromisso é que um dia seja resolvido o problema de todos os índios. Que nós estamos aí para somar essa força e juntos temos certeza que vamos conseguir descobrir, de verdade, qual o dia que será o “dia do índio”.

A Constituição de 1988 nos deu cinco anos para resolver o problema do território dos povos indígenas do Brasil e já estamos com 23 anos de atraso sem solução. E é por isso que eu tenho certeza que só conseguiremos resolver juntos.

Agora, no dia dois de maio de 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou a ação (ACO nº 312), que movíamos desde 1982. Só que para nós, a ação já estava julgada, porque nós, sabendo que a terra é nossa, já tínhamos expulsado todos os fazendeiros da nossa área. Então, eu tenho certeza que o Supremo deu essa decisão porque não tinha mais o que julgar. Pelo tamanho do processo, esperávamos de dois a três dias para o fim do julgamento, mas em quatro horas foi resolvido. Os juízes só foram lá confirmar o voto, porque o julgamento do território já tinha sido feito pelos Pataxó. Então, eu gostaria que os nossos parentes, vizinhos e outros parentes do estado, do Brasil inteiro e mesmo fora do país, tomem isso como exemplo. Que somente nós é que sabemos onde são os limites das nossas terras e somente nós poderemos abrir as picadas para sermos correspondidos por aquilo que a gente mais deseja: que é ver o nosso território legalizado.

*Nailton Pataxó*

## OS MAIS VELHOS NOS ENSINAM A LUTAR



**M**eu nome é Edvaldo Lopes Malta, tenho 38 anos e meu apelido é Didi, conhecido também como Capilé. Capilé significa madeira de água doce no idioma indígena. E eu sou daqui da Aldeia Caramuru, na região do Rio Pardo, vizinho de Toicinho. Minha etnia é Kariri-Sapuiá, convivo com todo o povo Pataxó Hãhãhãe.

Nós jovens, guerreiros, vamos pegando conhecimento com os mais velhos, sentando e conversando. As lideranças são muito importantes porque nos ensinam a guerrear. Durante as retomadas, quanto mais a gente lutava, mais recebia força dos nossos antigos. Eram nossos antepassados lutando com a gente. Os que já morreram ainda nos orientam porque eles estão no meio da gente, nos guiando pela espiritualidade.

# Carta memória

Maria José Muniz de Andrade

Digo a vocês tomei posse como professora da aldeia Caramuru em 03 de Outubro de 1984 que aquela época nos vivia em um pequeno pedaço de terra, sem água e passando as piores privações. Sofri demais por lutar por uma causa justa e valiosa.

Lutamos <sup>por</sup> um projeto de uma escola descente p/ª aldeia Caramuru, Barra Velha e Boca da Mata. Por nunca pensei em trabalhar só com a minha comunidade e sempre desejei o melhor para todos indígena.

Cito pra todos, aqueles tempos eram árduos, os índios da minha aldeia não tinham direito nem sequer de andar nas cidades de Pau Brasil, Itajubá do Colônia e Camacan por as ameaças dos fazendeiros e dos pistoleiros eram demais. E até hoje ainda nos defparamos com esta situação mas melhorou um pouco mais.

No ano 2000 a Escola Indígena Caramuru passou para o Estado que muito lutei com a colega Irene Mãe de Jesus para conseguirmos a contratação de 40 funcionários p/ª prestarem serviços neste colégio



8  
Na verdade a escola indígena da Aldeia Caramuru, nos seus primeiros momentos, sobrevivia de doações de Terceiros e eu era um misto de professora e pedinte. Para a escola sobreviver.

Sei dizer que sem luta não conseguimos um grande ideal. Porque a educação é um processo de vida uma preparação p/ª a vida futura e a escola deve representar a vida presente p/ª o aluno como ele vive em casa no bairro na roça e nas comunidades enfim em todos os lugares.

E há medida que se vive num meio é possível agir com os outros discutir, decidir, realigar, avaliar as condições mais favoráveis ao aprendizado.

Sei que é difícil no mundo de hoje se fazer o que fiz mas até hoje tenho o espírito de querer ajuda-lo. Os meus 64 anos me diz que sou uma grande jovem guerreira preparada p/ª lutar...

Digo a todos vocês que senti uma emoção tão grande quando retornei a minha terra natal em 1982 e que agradei ao pai Tupã por está de volta para assegurar os meus costumes, línguas, crenças e tradições e os meus direitos originários sobre nossas terras.

Muito antes da colonização europeia, a região do Rio Opara, hoje conhecida como Vale do São Francisco, era habitada por diversas nações indígenas, entre elas, os Karapotó.

Nosso povo vivia na Mata Atlântica, do litoral até a Caatinga. Habitávamos próximo aos rios: Opara (Rio São Francisco), Poxim em Pacatuba (SE), Boa Cica e Itiuba (AL), e dos rios da Serra do Comunaty (PE).

Em função da abundância de caça e pesca no entorno, as moradas eram construídas às margens dos rios. Após quatro invernos, os índios se deslocavam para outro local, seguindo esta tradição por várias gerações.

Nossos antepassados também gostavam de habitar próximo às lagoas com fontes de argila para a confecção da cerâmica.

Contam os Karapotó mais velhos que os nossos antigos praticavam uma técnica de pesca usando o Tinguí, espécie de veneno que atordoava os peixes, facilitando a captura.

Sua agricultura era através da Coivara, que consiste na derrubada de um pequeno pedaço de mata, seguido de sua queima. Assim, plantavam suas roças de milho, abóbora, amendoim, mandioca, macaxeira, algodão, fumo e urucum.

A mandioca sempre foi a base da nossa alimentação. Até hoje, nós, Karapotó, preparamos o beiju, a tapioca, o bolo de massa puba e, principalmente, a farinha.

Antigamente, as caças mais consumidas eram: paca, cutia, veado, teiú, tatu e capivara. Entre as aves, comíamos: nambu, nancupé e zabelê. Os caçadores Karapotó eram grandes conhecedores do comportamento animal e imitavam, muito bem, o som de aves para facilitar nas caçadas.

Por muitas gerações, as terras ocupadas mantiveram seus ecossistemas intactos porque os indígenas só tiravam o necessário para sua sobrevivência.

Mas muita coisa mudou após a ocupação europeia na região. Hoje, nossas índias não trabalham mais com o barro, muitas caças foram extintas e nossas terras foram invadidas. Mesmo assim, conservamos em segredo nossos valores nativos sobre cultura e espiritualidade baseadas no convívio com a natureza. É essa memória que nos faz resistir como povo.

# KARAPOTÓ

Responsáveis pelo capítulo: Nhenety Kariri-Xocó, Marcelo e Irany Karapotó.

*Tawá é uma argila que usamos para fazer nossas pinturas corporais.*

# COLONIZAÇÃO



José Quirino - 104 anos

Nosso

Território tinha abundância de Pau Brasil e os europeus utilizavam os indígenas para o corte e transporte de toras dessa valiosa madeira até os navios.

Mas a maior devastação de nossas florestas foi com a cana-de-açúcar, através da implantação da Capitania de Pernambuco, no início do Século XVI. A partir de 1557, os bandeirantes tinham o Rio São Francisco como caminho para chegar ao interior do Brasil.

Eles caçaram os índios, destruíram aldeias inteiras, mataram muitos parentes e ainda escravizaram nosso povo para servir de mão de obra na plantação de cana nos engenhos.

A estratégia era ocupar a nossa terra e nela construir engenhos para produzir açúcar e enriquecer a custa do sangue indígena.

Desde então, nossos antepassados nunca mais tiveram sossego. A destruição de nossas matas desestruturou as comunidades, que não podiam mais praticar suas tradições. Aos poucos, engenhos foram aparecendo em todo lugar e, conseqüentemente, muitos brancos foram chegando. Eles trouxeram doenças que não existiam entre nós e suas pestes e gripes dizimaram aldeias inteiras.

Assim, a população indígena foi diminuindo. Fomos dominados pela força das armas e das doenças.

# A MISSÃO: ESCRAVIZAR OS INDÍGENAS

Durante a ocupação de Sergipe, uma grande guerra contra os índios movida por Cristovão de Barros, matou os caciques Surubim, Serigy, Pacatuba, Japarutuba e muitos outros.

Foi assim que a dominação foi possível por essas bandas... e os sobreviventes foram aldeados em missões pela Companhia de Jesus.

Os Karapotó foram aldeados em Pacatuba inicialmente, junto com os Caxagós. As mudanças culturais foram muito grandes. No lugar da distribuição harmônica e circular de nossas moradias foram construídas ruas retas e no meio, uma capela para um santo, chamado São Feliz de Pacatuba.

Nosso povo Karapotó acabou se espalhando pelo Nordeste e, assim, se unido a outras etnias. Além da Missão de Pacatuba, os registros apontam nossa presença em Urubumirim em Alagoas, onde fomos evangelizados junto aos Kariri e os Aconã.

Ainda sob a “proteção” da Igreja, nossos antepassados viveram na Serra do Comunaty junto aos Carnijó, no Rio Ipanema, e retornamos para Alagoas com os Kariri do São Francisco, nossos parentes de cultura pesqueira. Viemos também atrás da argila para a cerâmica, da água boa e da mata atlântica com fartura de caça.

A vida nas missões era escravidão para os indígenas. Fomos forçados a aprender ofícios de olaria, confecção de selas de couro e sapatos, além do plantio de arroz.

Um dos maiores sofrimentos foi a proibição da nossa língua nativa que foi trocada pelo português e o latim.

A religião católica nos impôs um deus desconhecido e as autoridades do Pajé e do Cacique foram substituídas pelo Padre e Capitão-Mor, respectivamente.

Como podemos observar, nossa organização social foi profundamente desestruturada pela coroa Portuguesa e pela sua igreja cristã.

O Sertão do Nordeste tinha clima e vegetação propícios para a pecuária. Abundante em pasto natural de Caatinga, o Vale do São Francisco ficou conhecido como o “Rio dos Currais” e, ao longo de suas margens, formaram-se muitas propriedades que forneciam carne a outras capitanias - hoje, fazendas centenárias.

As missões jesuíticas consistiam em reunir várias etnias em um único aldeamento, o que foi uma estratégia idealizada para facilitar a ocupação portuguesa em nossas terras.

O Colégio Jesuíta do Recife administrava as Missões localizadas na Capitania de Pernambuco, através das doações de muitos devotos. Tão grande era a devoção, que os Jesuítas tornaram-se possuidores de muitas propriedades ao longo do Rio São Francisco, a exemplo das Fazendas: Boa Cica, Itiúba, Ribeira das Cabaças, Panema, Marabá. Um total de onze propriedades foram “doadas” à Nossa Senhora da Conceição.

Nesse contexto, nossos antigos Karapotó foram usados como mão de obra na criação de gado, e enviados para a Fazenda Boa Cica, onde os índios passavam a maior parte do ano trabalhando enquanto suas mulheres e crianças permaneciam na Missão de Colégio na Fazenda Urubu-Mirim. Tempos depois, os homens Karapotó conseguiram que os Jesuítas liberassem suas mulheres para irem até a Fazenda Boa Cica, surgindo, assim, uma pequena comunidade ao redor de um pé de tinguí. Até hoje, o local é conhecido por Aldeia Tinguí do Povo Karapotó do Rio Boa Cica.

## MUITA TERRA PARA UMA SANTA SÓ

Na época do Brasil Colônia, missionários e portugueses disputavam a posse das terras. A Igreja ficou poderosa adquirindo inúmeras propriedades e, contrariado, o Primeiro Ministro de Portugal decretou a expulsão dos Jesuítas do Brasil.

Os padres Nicolau Botelho e João Batista, ambos da Missão de Colégio de Urubu-Mirim, foram deportados e suas terras leiloadas. A maioria das fazendas foi comprada pelo Capitão Vieira de Antão, e as terras passaram para colonizadores legalizados pela Coroa Portuguesa.

Nós indígenas, passamos a viver sob o medo de sermos também expulsos e massacrados pelos “novos donos” das terras. Foi exatamente isso que aconteceu: os brancos, protegidos pelo Poder Imperial, nos atacavam em nossas aldeias cada vez mais.

Nós, Karapotó, permanecemos na Fazenda Boa Cica como mão de obra barata aos fazendeiros e continuamos a praticar nossos rituais, só que às escondidas, para não sermos identificados como indígenas.

A ligação dos Karapotó com o Povo Kariri-Xocó vem de antiga data. Sempre trocamos visitas nos rituais e, nestas andanças, aconteciam casamentos interétnicos, fortalecendo nossos laços de amizade. Um exemplo é o caso do Pajé Manoel Paulo, de Colégio, da Nação Kariri que era casado com Chiquinha Botó, uma índia Karapotó da Aldeia Tinguí.

Nos dias de hoje, nós, indígenas ainda somos perseguidos por uma política discriminatória. Fomos chamados de “caboclos” até 1978, quando os Kariri-Xocó fizeram sua primeira retomada. Ainda hoje, os fazendeiros invasores do nosso território, nos chamam de “caboclos” para nos enfraquecer, achando que assim diminuem, nossos direitos sobre as terras.

## DOS JESUÍTAS AOS FAZENDEIROS, A MESMA ESCRAVIDÃO

Juarez - Cacique Itapó

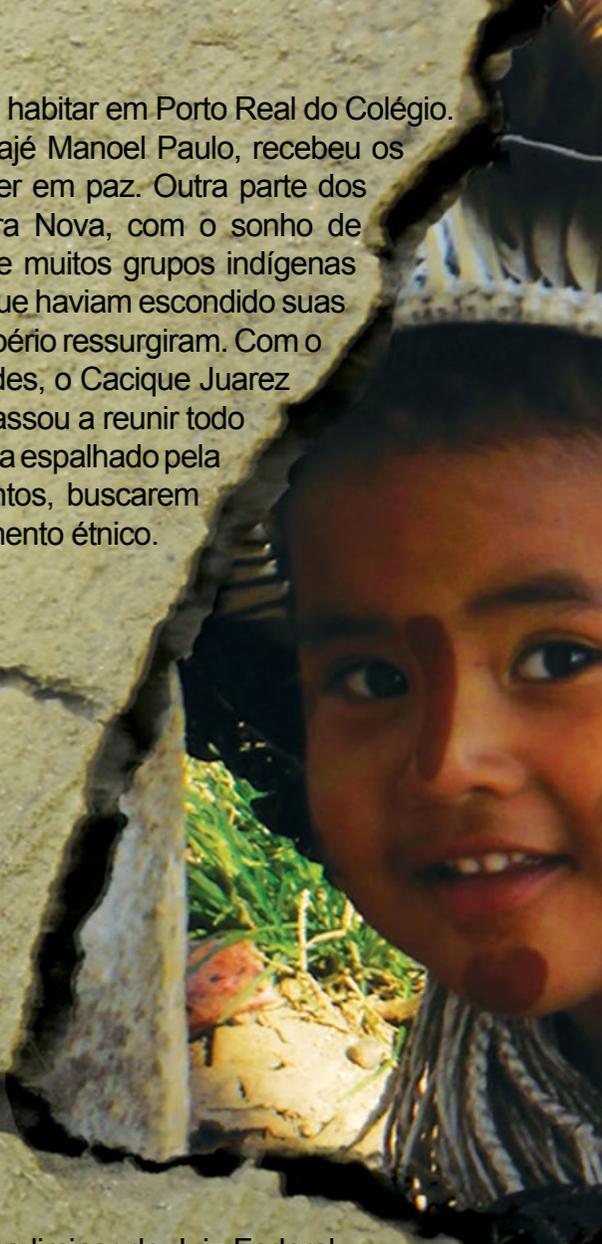


## NEGAR-SE PARA SOBREVIVER

Quando Alagoas se transformou em Província, as terras próximas ao Rio Boa Cica passaram para as mãos de outros proprietários e o Barão de Penedo foi o mais poderoso do Baixo São Francisco. Este senhor dominava uma vasta extensão do território onde os indígenas estavam localizados, portanto, começou a perseguir todas as etnias ao longo do Vale.

A Aldeia Tinguí Karapotó foi destruída pelo Barão de Penedo no Século XIX. As ocas de palha foram incendiadas e nossos parentes expulsos da terra. Uma parte da população se viu obrigada a viver entre os brancos e teve que negar suas origens e seus direitos para não morrer.

Com a destruição da aldeia, nosso povo Karapotó fundou o Povoado Terra Nova, onde ali passou a viver sem praticar os rituais, por causa da chegada de muitos brancos na vizinhança.



Para continuar os rituais, nossos ancestrais Karapotó foram habitar em Porto Real do Colégio. O Pajé Kariri-Xocó, Francisco Queiroz Suíra, bisneto do Pajé Manoel Paulo, recebeu os parentes no meado do Século XX, onde passaram a viver em paz. Outra parte dos Karapotó ainda ficou morando no Povoado Terra Nova, com o sonho de reaver suas terras. Com a identificação de muitos grupos indígenas pela FUNAI, vários grupos étnicos que haviam escondido suas origens no período do Brasil Império ressurgiram. Com o apoio de outras comunidades, o Cacique Juarez Itapó, dos Karapotó, passou a reunir todo seu povo que estava espalhado pela região para, juntos, buscarem o reconhecimento étnico.

## LUTA PELO RECONHECIMENTO

Organizando a comunidade, nós, Karapotó, viajamos à Brasília várias vezes e de lá conseguimos o envio de um Grupo Técnico para identificação do nosso território, que estava nas mãos dos Fazendeiros. A criação da Reserva Indígena só aconteceu na época do Governo Collor quando ocupamos a Fazenda Coqueiro e pedimos o apoio de outras comunidades indígenas. Na ocasião, vieram ao nosso encontro os Guarani e Tupiniquim (ES), Pataxó Hãhãhãe (BA), Xucurú-Kariri e Kariri-Xocó (AL), Xucurú e Fulniô (PE), Potyguara (PB), Xocó (SE), Tapeba (CE) e, todos juntos, fizemos, em 1992, a retomada da Fazenda Taboado, a maior propriedade que estava no Território Karapotó.

A luta foi muito grande. Fomos expulsos por uma liminar do Juiz Federal e passamos dezessete dias nas margens da BR 101. Impacientes por uma decisão, retornamos à Fazenda Taboado e conseguimos, finalmente, a posse permanente da terra. O fazendeiro Luiz Coutinho foi indenizado e pudemos reconstruir a aldeia, onde as águas do Rio Boa Cica banham nossas terras e correm para o Rio São Francisco. Agora nossas matas estão ressurgindo, cobrindo a paisagem toda de verde da esperança!

# CUMURU



Eu sou Maria D'Ajuda, tenho 40 anos. Minha comunidade me reconhece como liderança, pois eu participo do movimento desde quando surgiram as aldeias em torno do Parque do Descobrimento.

Cumuruxatiba - chamada por nós de Cumuru - é uma aldeia indígena que fica a 38 km de Prado e que está em processo de reconhecimento.

Na vila de Cumuru moram várias famílias da etnia Pataxó, desde a época em que as casas eram barraquinhas de taipa e palha.

Hoje, em Cumuru, existem muitas casas de brancos, mas é aqui que meu povo nasceu e ainda vive com nossas tradições e nossa cultura.

Cumuru tem o maior número de indígenas Pataxó que moram por aqui e que vivem da pesca, do marisco e do artesanato.

Nós, Pataxó, estamos por toda a parte. Cada pescador tem seu ponto preferido para estender suas redes para remendar.

Em Cumuru, tem uma ponte histórica que, quando eu era criança, era de tábuas e a gente pulava de cima dela porque o rio era muito cheio. Hoje, a ponte é de cimento e o rio secou.

A preservação da nossa cultura é muito importante para o futuro. Pescadores com rede arredam na beira da praia para pegar seu mangute (comida). Os pais de famílias sobrevivem da pesca e, ainda hoje, usam canoas de madeira para irem bem longe pescar.

Caminhando pela praia, encontramos pescadores consertando seus barcos.

Esse é o senhor Maneco, filho de João Neves, que era um grande guerreiro Pataxó que lutava pela demarcação das nossas terras. Ele já é falecido, mas deixou seus filhos para lutarem, pois o nosso direito de luta pela terra não pode parar.



# PATAXÓ



O filho do Seu João Neves está aproveitando a maré para consertar o barco, pois se a maré encher, o serviço só poderá ser feito no outro dia. Por isso, é muito importante saber aproveitar a hora que a maré seca.

Em Cumuruxatiba ainda tem as frutas nativas como a mangaba, que é deliciosa e ótima para fazer polpa e suco. O jenipapo é muito especial para a gente porque, além do suco, também é usado para nossas pinturas corporais.

O artesanato também é muito presente em nossa aldeia. O índio Benedito trabalha com o seu facão e a machadinha fazendo suas artes, aproveitando as mangueiras do seu quintal, sem prejudicar a natureza.

Ele também vive da pesca em Cumuru com a sua família desde que nasceu.

Dentro da vila de Cumuru tem uma vista muito bonita.

Olhando de cima da barreira para baixo, podemos ver a linda paisagem da mata e do mar, ainda preservada.





Os meus pais, apesar da idade de 80 anos, ainda leem os jornais que chegam com as informações sobre a política. Dona Matilde e Seu José Felismino sempre querem estar informados do que acontece. Eles falam que a política é muito importante, mas devemos ficar alertas com esses políticos que não gostam dos indígenas.

Meu pai é Pataxó e minha mãe é Pataxó misturado com Tupinambá. O nome do meu avô materno era Gumercindo José dos Santos e a minha avó, Maria da Conceição. Os Tupinambá, por serem atingidos pelas guerras, fugiam para outras aldeias e foi aí que teve esse encontro de etnias que formou a minha família.

A índia guerreira, Zabelê, antes de morrer, deu à sua bisneta, Lara Cruz Ferreira, vestes tradicionais para mostrar a importância da cultura para a comunidade. Assim, ensinamos as crianças a valorizarem a nossa tradição, desde pequenas.

A Aldeia Gurita, do município do Prado, foi fundada em 17 de agosto de 2003 pela família do Seu Eliotero Ferreira da Cruz, conhecido por Seu Té.

Até a fundação da aldeia, a Gurita era uma região tomada por caçadores, madeireiros e exploradores de palmito e juçara. Seu Té tomou a decisão de entrar na Gurita porque já sabia que era moradia dos nossos antepassados e que só nós, indígenas, sabemos preservar a natureza.

Depois que eles passaram a morar lá, os caçadores e exploradores pararam de andar por ali. Hoje, Seu Té vive com sua comunidade, de umas quinze famílias, com seu plantio de mandioca, feijão, milho e banana. Lá também tem galinhas e umas vacas para tirar leite para os alunos tomarem um café forte antes de irem para a escola.

Esse ano Seu Té já colheu seu feijão para alimentar a sua comunidade. Tudo é natural. Dona Lurdinha, a esposa de Seu Té faz o mangute no fogão à lenha.

As crianças da aldeia têm suas tarefas: lavar pratos no rio e limpar as piabas.

O Pablo toma banho pelado.



Os animais servem de transporte para carregar a mandioca da roça. A casa de farinha tem o forno para torrar a farinha e a prensa para prensar a massa. A vida na aldeia é diferente. Vivemos em contato com a mãe natureza.

Na aldeia temos a nossa sala de aula que é um anexo ao colégio Kijentx Awê Zabelê. A sala é feita de barro e taipa e lá, desde 2003 estudam 30 alunos entre crianças e adultos. A professora Lorizete ensina português e Deri, nossa professora de cultura, ensina a língua Pathiôhã em nossa comunidade.

Nosso centro cultural fica dentro da mata e só é permitida a entrada de pessoas da comunidade para o nosso ritual, que é a memória sagrada dos nossos antepassados.

O povo indígena Pataxó da Aldeia Gurita fazem os trabalhos da aldeia em mutirão, todos reunidos para realizar as tarefas.

Dona Marizete e seu esposo, Valdomiro da Conceição, junto com a liderança Zé Bete, fazem o embarreio da casa de taipa. Depois da casa pronta, eles tem uma tradição de dar um banho de barro nos donos da casa, pois dizem que traz sorte para eles.

Primeiro, se faz a estrutura da casa. Envara com varas e vai amarrando com cipó as paredes. Depois da estrutura pronta, se corta o barro e todos pisam até amolecer. Aí, todos juntos carregam o barro e jogam na parede para tapá-la. Esse tipo de material é da tradição dos nossos antepassados e até hoje, nós, Pataxó, preservamos essa cultura.

A Canã Pataxó é um lugar onde só moram índios e as casas são todas de taipa. Lá mora Seu Domingos e Dona Alice que preservam a cultura tendo uma cabana no seu quintal, onde fazem os rituais, sendo um lugar sagrado para todos.

Seu João também mora com seus filhos em uma das ruas da Canã Pataxó. Com a sabedoria das ervas medicinais, ele tem o conhecimento de cada planta que serve para remédios de cura. Ele fala do valor das ervas medicinais para a saúde da comunidade e que não devemos trocar nossos remédios naturais por remédios de farmácia. Nossas ervas são nosso futuro, nossa saúde, nossa vida

## Ervas medicinais

- Jaca Pinha: bom para algum que foi picado por cobra.  
modo de usar → tirar o sumo e beber 3 colheres de sopa.
- Jamelão: bom para diarreia.  
modo de usar: fazer o chá e beber.
- Folha de ar: bom para inflamação e para machuca.  
modo de usar: fazer o bombo.
- Carabimha: bom para casinha.  
modo de usar → fazer o bombo.
- Jaca dura: bom para pedra nos rins e para dar bombo em criança que tem dificuldade para andar.  
modo de usar → 3 sucta feira, P/ os rins o chá, P/ criança o bombo.
- Casca de murici: bom para inflamação (garganta).  
modo de usar → fazer o chá e gargareja.
- Maria aminha: bom para crianças que estão nascendo os dentes.  
modo de usar → fazer o bombo.
- Badaí: bom para a fígada e dar o estomacal.  
modo de usar → fazer o sumo e o chá.
- Língua de vaca: bom para emaragia.  
como usar: fazer o chá.
- Quebra pedra: bom para os rins.  
modo de usar → fazer o chá.
- Xici de galinha: bom para prosta.  
modo de usar → fazer o chá.
- Casca de lípuga branca: bom para machuca.

Jaca de Amor D'Água 68 anos  
nome indígena: Tatu

Nossas terras são herança dos nossos antepassados  
É por isso que a nossa luta tem grande significado

Foi a mão que calejou  
Das ferramentas que pegou  
Somos raiz que ninguém via  
Mas um dia brotou

Hoje somos muitas árvores e juntas vamos lutar  
Para conquistar as nossas terras que o branco veio  
roubar

Esse chão é sagrado  
Pois nosso antepassado  
Muito sangue derramou  
Somos herdeiros verdadeiros  
De tudo que ficou

Autora:  
Maria D'Ajuda  
<arianpatax@hotmail.com>

Antes da colonização, nós indígenas, tínhamos uma cultura própria, com nossa lei e religião.

Tínhamos a nossa tradição. Quando os “civilizados” estrangeiros (portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses...) chegaram aqui, nas nossas terras, nós não impusemos nenhum preconceito nem exigências.

Hoje, para tudo nos exigem burocracia. Para vivermos nas nossas terras é necessário o aval de um técnico em antropologia e isso é um processo demorado. Até para o índio vender seu artesanato na cidade precisa ter autorização da prefeitura ou de algum poder público. Nós é que temos que lutar para viver e trabalhar nas nossas terras!

Quando o homem branco chegou aqui no Brasil, não o tratamos dessa forma. Alguns historiadores contam que houve casos em que os índios recebiam os brancos com alegria.

O governo do Brasil mentia dizendo que os índios eram página virada. Somos memória viva!

Nós, lideranças indígenas do Brasil, nos reunimos em setembro de 1998 em Porto Seguro para avaliar estratégias para divulgar as verdades ao público. Nessa ocasião, estudamos e entendemos que somente através da luta daríamos a resposta.

Até então, as terras não estavam demarcadas; nossos direitos eram negados; a precariedade do serviço de saúde era uma armadilha para nos matar; a educação não atendia os interesses das populações indígenas, nem respeitava nossos costumes e tradições. Não tínhamos liberdade nem para transitar por nossas matas, não podíamos caçar, não podíamos pescar. O governo planejava a “Festa dos 500 anos”, a “Festa da Colonização”, comemorando, assim, o roubo de nossas terras.

Em abril de 2000 houve muita repressão policial e a compra de algumas lideranças indígenas por parte do governo baiano e também do federal. Parecia uma derrota, mas a gente se organizou e deu a resposta. Reconstruímos a Resistência Indígena, retomando os Parques de Monte Pascoal e do “Descobrimento” e ainda fizemos mais de quinze retomadas ao redor e surgiram outras tantas retomadas Brasil a fora! Para nós resultaram 13 aldeias que estão vivas até hoje.

Em Porto Seguro: Barra Velha, Bugigão, Xandó, Pará, Campo do Boi, Ribeirão, Meio da Mata, Boca da Mata, Caciaana, Pé do Monte, Guaxuma, Aldeia Velha, Imbiriba;

# Não somos página virada. Somos memória viva!

Joel Braz  
<xarruingora@gmail.com>

Em Prado: Aldeia Nova do Monte Pascoal, Corumbauzinho, Craveiro, Águas Belas, Tauá, Monte Dourado, Pequí, Pequí Velho, Alegria Nova, Kay, Tibá, Gurita, Cumuruxatiba;

Em Santa Cruz de Cabralia: Coroa Vermelha, Nova Coroa, Juerana, Arueira, Aldeia da Agricultura, Mata Medonha e;

Em Itamaraju: Trevo do Parque.

Quando os irmãos indígenas tiverem a consciência da luta, quando as verdades chegarem à mente de cada um, seremos fortes a ponto de vencermos todas as batalhas.

Acredito que hoje existem muitos guerreiros com coragem de morrer na luta. Guerreiros que não desistem de lutar pelo direito do seu povo, que não se vendem, não se corrompem, não aceitam empregos e não usam a ganância. Eu, Xarru Ingorá Mirim, sou um deles.



**N**ós sempre lutamos pela demarcação da terra. Meu marido foi processado seis vezes por causa da terra. Foram tantas acusações, tantas mentiras contra Joel Braz, só por lutar pelos direitos do nosso povo. Ele não podia sair da comunidade, não podia viajar nem andar tranquilo. Para ajudá-lo, eu fui várias vezes ao Ministério Público entregar documentos, mas não adiantava porque a lei está sempre contra os índios.

Os fazendeiros têm matado muita liderança. Eles querem as cabeças dos nossos Caciques. Eles têm muita raiva do índio, pensam que somos bichos e só querem nos matar. Um deles ofertou quase cem mil reais para tirar a cabeça de meu marido, porque é uma cabeça da luta do movimento indígena, como Nailton Pataxó, Babau Tupinambá e outros. Um fazendeiro chegou a oferecer a meu marido 40 vacas de leite para que deixasse a luta. Membros da Associação dos Fazendeiros também lhe disseram que poderiam abrir uma conta para ele nunca mais ficar pobre. Meu marido respondeu que ele não estava para negociar nossa luta, mas sim, para lutar pelos direitos de nosso povo. Nós não queremos dinheiro, nós queremos nossa terra.

Desde que nós começamos a luta sempre tivemos como resposta violência e perseguição. Mas a violência é só contra as lideranças honestas, que não se vendem. Quem corre risco somos nós, que falamos. Os índios que não falam nada, não estão em perigo.

Os poderosos prendem, batem, discriminam, fazem o que querem com a gente. Nossa comunidade acredita na luta sem violência, mas os fazendeiros não pensam o mesmo, só querem matar índio. Eles acham que matando índio vão acabar com a gente. Pois estão enganados! Todos aqueles que matam nos fortalecem e dão mais energia para nossa luta pela terra.

### **ESTADO E GOVERNO CONTRA O ÍNDIO**

A Polícia Federal deveria defender os índios. Mas é a própria polícia que nos condena, sendo inimiga dos índios e amiga do dinheiro do fazendeiro.

O governo do Brasil não tem respeito por ninguém, mas os militares e a Polícia Federal são ainda piores porque usam agressão. Uma vez, a polícia apareceu durante uma retomada para fazer reintegração de posse, levando todo tipo de armas e muitos pistoleiros. Foi tudo tão violento, bateram nos índios, expulsando a gente dali.

Lula garantiu que durante o tempo de seu governo ele ia demarcar todas as terras indígenas. Nós esperamos, mas isso não aconteceu.

# **Nós não queremos dinheiro, nós queremos nossa terra**

*Marlene Pataxó*

### **PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA**

Nós, mulheres, também participamos da luta, junto com nossas crianças. Eu represento as mulheres na organização da Frente de Resistência que criamos para a luta Pataxó pela terra. Além da questão das terras, em nossos encontros falamos de outros assuntos importantes como: violência, educação e saúde. Conversamos sobre a violência contra as mulheres que são espancadas pelo marido. Discutimos sobre a educação diferenciada que precisamos em nossas comunidades. Sobre saúde, entendemos que a precariedade do serviço público é estratégia para acabar com a gente.

### **NOSSA LIBERDADE É TER DE VOLTA NOSSA TERRA**

Temos o direito de lutar para termos nossa terra de volta. Queremos que todos lutem, porque muitos parentes não conhecem e, se unindo ao movimento, vão exercer seus direitos. A luta pela terra e pelos irmãos não é de agora. Perdemos muitas vidas nessa luta. E todos os antepassados mortos seguem lutando ao nosso lado, nos dando força e coragem. Sabe quando é que acaba nossa luta? Quando nos devolverem nossa terra. Aí sim, teremos liberdade!

# DURANTE MUITO TEMPO TENTARAM

# APAGAR NOSSA IDENTIDADE

**N**osso povo indígena Xokó vem construindo um mundo com maturidade, organização e prazer.

Mesmo assim, ao longo dos anos, fomos chamados de índios atrasados e incapazes.

Essa violência nos doeu muito e tivemos que enfrentar uma batalha que valeu muitas vidas.

Povos inteiros foram destruídos. Grandes homens e mulheres morreram por acreditarem na liberdade de termos um jeito próprio de entender e viver a vida. Tudo isso nos tornou experientes, pois, a dor machuca, mas também ensina.

Em meados do século XIX, nosso povo foi obrigado a renunciar a sua identidade Xokó por força da violência praticada pelos fazendeiros que se apropriaram do nosso território.

Passamos a viver na própria terra como trabalhadores sem direito à nada, só ao que colhíamos para o sustento de nossa família.

Uma parte do nosso povo Xokó foi expulsa e, não suportando o massacre, foi construir uma nova morada na aldeia dos Kariri, em Porto Real do Colégio, em Alagoas.

O terreiro e o cemitério primitivo também não escaparam do ato violento dos fazendeiros.

Com tudo isso, queremos afirmar que muitos dos nossos valores culturais foram se perdendo ao longo dos anos, tendo em vista que, os nossos costumes tradicionais não podiam continuar existindo sob pena de sermos assassinados ou expulsos da Ilha de São Pedro e Caiçara. Os fazendeiros e a igreja católica fizeram com que o nosso povo fosse afastado do seu próprio mundo e de sua cultura. Um exemplo disso foi a missão construída na Ilha de São Pedro.

*Responsável pelo capítulo: Apolonio Xokó  
<apolonioxoko@gmail.com>*

# XOKÓ

Ao longo da trajetória do Povo Indígena Xokó, vale destacar o velho guerreiro Inocêncio Pires que, por várias vezes, foi às cidades do Rio de Janeiro e Salvador para tratar assuntos de interesse da comunidade, junto ao Governo Brasileiro. Sem sucesso em suas viagens e tentativas, em 1930 ele saiu da Caiçara/Ilha de São Pedro e passou a residir na aldeia dos nossos parentes Kariri-Xocó.

O meu avô, João Apolonio dos Santos, nascido em 08 de março de 1896, contava para seus filhos e netos o que seus pais sempre lhe narravam: como se deu a expulsão dos Xokó de Sergipe para Alagoas.

Com os seus capangas fortemente armados, os fazendeiros assanhavam um formigueiro, tiravam as roupas dos indígenas e os obrigavam a deitar ou sentar em cima do formigueiro. Muitos não resistiram às mordidas e faleceram.

Em 1978, a mesma família de fazendeiros, usando as mesmas práticas, tentou fazer com a minha geração o que fizeram com os meus antepassados.

Só que o momento não era o mesmo e nós reagimos. Não aceitamos.



CAIÇARA

SEUS FILHOS CHORAM POR VOCÊ

Aqui moravam apenas 22 famílias. Eram 22 casas e um espaço para festas que serviu também de escola. Tinha um campo de futebol, cinco pés de mangueira, três de tamarindo e ainda vários barcos pequenos que ajudavam muito nosso povo na pesca. As embarcações ajudavam, também, para transportar a cerâmica produzida por nossas índias até as feiras livres de Pão de Açúcar e outras em Sergipe.

Era preciso usar barco para fazer a travessia. No lugar do rio, hoje, encontramos uma vegetação rasteira coberta pelo calumbi.

A ilha está hoje interligada à terra firme da Caiçara, existindo apenas um córrego estreito e raso, onde passam carros e motos.

As 22 casas foram derrubadas pelos fazendeiros. Destruíram tudo que foi construído pelo nosso povo. A Caiçara ficou marcada em nossa memória e dela, lamentavelmente, hoje em dia só restou o nome.

A lagoa que durante vários anos foi fonte de sobrevivência do nosso povo, na colheita do arroz e na pesca do peixe, atualmente está seca e cheia de mato.

As Lagoas do Carrinho, Pão de Açúcar, e as que ficam no Belém, Lagoa Grande, Lagoa Funda, Lagoa do Capote, Riacho Fundo, hoje, só estão em nossas lembranças.

Éramos crianças e, por isso, não entendemos nada ao assistirmos a expulsão dos nossos pais da Caiçara naquele nove de setembro de 1979.

Caiçara, você não é mais a mesma, seus filhos choram pelo que fizeram contigo!

## PRESERVAMOS NOSSO RITUAL SAGRADO

Em 1979, expulsos da Caiçara, viemos para a Ilha de São Pedro e, desde então, este é o local da nossa aldeia - Aldeia Indígena do Povo Xokó. No início era só mato e nós dormíamos embaixo dos pés de tamarindo, juazeiro e quixabeira. Com o tempo, conseguimos construir nossas casas de taipa que, só recentemente, foram substituídas pelas de alvenaria.

De 1995 para cá houve uma mudança radical nas características da nossa aldeia.

Em pouco tempo, fomos transformando a ilha em uma área produtiva, com a construção das roças e a caieira de carvão. Mas ainda pegamos peixe em épocas de cheias do rio.

Temos o Colégio Estadual D. José Brandão de Castro, o Posto de Saúde, com médico, dentista, enfermeira e agente de saúde. Foram implantados o Posto da FUNAI e o Centro de Referência Assistência Social (CRAS) e a igreja foi restaurada.

Recebemos, em todas as casas, água encanada, energia elétrica e banheiros. Hoje, nós índios Xokó, tomamos banho no chuveiro e nossas mulheres lavam pratos, panelas e roupas nos fundos de casa. A tradição de lavar roupa e tomar banho no rio, aos poucos, está acabando. Beber água no pote acabou. Hoje todas as casas tem geladeira, bebemos água super gelada.

O rádio, que sempre foi um companheiro inseparável, também acabou. Hoje, temos televisão, antena parabólica, internet, DVD, celular e novela. A Ilha de São Pedro, não é mais a mesma, mudou muito.

Queremos lembrar que apesar dessas mudanças, nós não perdemos nossos costumes tradicionais. Mensalmente, frequentamos o Ouricuri, ritual sagrado do Povo Indígena Xokó.



# A MORTE DO RIO SÃO FRANCISCO

O rio ajudou a sustentar muitas famílias. Quando enchia, os lagos garantiam a colheita do arroz, do milho, do feijão e muito peixe.

Tempos de fartura, barriga cheia e muita riqueza. Nosso povo indígena Xokó conhece muito a história do Rio São Francisco.

Há 20 ou 30 anos atrás, com uma simples vara, um anzol, com a água acima do joelho e um bolo de farinha, ficávamos poucas horas pescando.

Fácil, fácil, em qualquer lugar se pegava uns três quilos de peixe. Principalmente, quando o rio estava cheio. E o peixe era de qualidade: chiria, crumatá, mandim, capadim, piranha, niquim, piau, etc.

Foram momentos de felicidade para o São Francisco e o seu povo.

Um rio que chegava a ter uma profundidade de 30 a 40 metros, por onde navegavam muitos navios nos anos 70 estava prestes a conhecer outra realidade. Sua fartura tinha dia e hora para acabar.

Foi quando vieram doutores formados nas grandes universidades brasileiras e estrangeiras para construir usinas hidrelétricas em seu leito.

Com isso, o rio foi perdendo suas forças e aquelas cheias foram se acabando. Todos os ribeirinhos que dependiam do peixe e do arroz para sobreviver tiveram que buscar outros meios para garantir “o pão” e criar a família. O rio já não é mais o mesmo, principalmente, após a inauguração da Usina Hidroelétrica de Xingó, nos anos 90.

Onde se pescava com uma linha de 50 a 60 metros, hoje se vê bancos de areia. Para nós Xokó, comer um peixe só é possível se for comprado. Pescar um peixe no rio é o mesmo que ganhar na mega-sena!

A partir daí, foi decretada, de uma vez por todas, a morte do Rio São Francisco.

Esse é o legado deixado pelos engenheiros para as futuras gerações: Três Marias, Usina do Cavalo, Paulo Afonso I, II, III e IV, Sobradinho, Xingó. Imagine se construírem a Usina Hidroelétrica das Traíras em Pão de Açúcar/AL?!

Energia elétrica para eles e miséria para o Povo Indígena Xokó.

# FUNAI TEM QUE **SER** PARA AJUDAR

O povo indígena Xokó teve a experiência de conhecer e trabalhar com a FUNAI no ano de 1979.

Quando a gente ainda morava na Caiçara recebemos a visita do Chefe do Posto Indígena Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio, Sr. Santana e da antropóloga da FUNAI – Brasília, Delvair Mellati. Para nós, foi um momento de alegria, pois era tudo novo. Nós nunca tínhamos ouvido falar em FUNAI. Ela passou a imagem que era a salvadora de toda a situação vivida por nosso povo. Com o passar do tempo, fomos percebendo que a FUNAI não era o que tínhamos imaginado.

Em outubro de 1979, os povos indígenas contaram com o apoio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e realizamos a 13ª Assembleia Indígena dos Povos do Nordeste na Ilha de São Pedro. Com o objetivo de proibir a realização da assembleia, a FUNAI mandou para esse encontro o advogado Dr. Romildo e o Coronel Hércio Gomes, chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações da Presidência da República). Como não conseguiu cancelar o evento, a FUNAI tentou, então, enganar os dez membros do Conselho Tribal Xokó. O Dr. Romildo elaborou um documento que pedia que o Conselho assinasse desistindo da terra imemorial Caiçara. O Conselho Tribal não assinou e a assembleia foi realizada com sucesso.

Daí para cá, não houve nenhum avanço com a FUNAI, que a cada dia foi se distanciando mais do povo Xokó. Nós não teríamos reconquistado o nosso território se dependêssemos da FUNAI.

Na conquista da Caiçara, foi a Procuradoria Geral da República em Sergipe que entrou com uma ação de Reintegração de Posse, na Justiça Federal. Nessa ação, o Procurador da República, Evaldo Campos, solicitava do Juiz Federal que intimasse a FUNAI através de uma Carta Precatória para que a mesma pudesse fazer a demarcação da Caiçara. Por conta dessa ação, o Povo Indígena Xokó teve seu território demarcado em 1988, e desde maio de 1993 não temos nenhum tipo de problema com relação à posse da terra.

# XOKÓ HOJE

Tempos atrás éramos 130 pessoas trabalhando como escravos na Caiçara para os fazendeiros. Agora, a nossa comunidade é dona das terras da Ilha de São Pedro e da Caiçara.

Nossa aldeia tem pouco mais de 4000 hectares de terra com uma população estimada em quase 400 índios. Somos bastante autônomos e organizados. Vivemos do que tiramos da terra. Temos transporte próprio. Temos a Associação das Mulheres Indígenas Xokó e outras duas associações comunitárias. No início dos anos 80, com o apoio de alguns professores da Universidade Federal de Sergipe, a Comissão Pró-Índio de Sergipe e o Governo do Estado, conseguimos a construção de uma Escola. A prefeitura de Porto da Folha e o Estado tentaram colocar uma placa com o nome de um político, e nós não aceitamos. Inclusive, a inauguração por parte do governo não aconteceu, mas o Povo Xokó a inaugurou com a nossa dança tradicional: o “Toré”.

Nossa escola hoje é um Colégio Estadual, do pré-escolar ao ensino médio. Precisa melhorar muito a proposta de educação diferenciada, pois essa diferença ainda não chegou.

Mesmo tendo um posto de saúde, também tratamos as doenças com nossas ervas medicinais. Assim é o povo indígena Xokó, sempre trabalhando com o objetivo de manter as tradições e melhorar a qualidade de vida em nossa aldeia.



O nosso Mundo Encantado é carregado de valores e conhecimentos. Assim, nossa memória viva representa o maior legado deixado por nossos ancestrais. A memória é um tesouro que guarda e carrega nossas vivências com o poder de multiplicar os ensinamentos expressos através do nosso jeito de ser e de viver. É como um diálogo entre o conhecimento e a prática cultural tradicional.

A memória está ligada à nossa vida cultural, à natureza e à ciência sagrada. Neste sentido, os conhecimentos jamais poderão ser ensinados através de registros escritos, mas do ser e pertencer do nosso povo.

Os ensinamentos acontecem no acompanhamento dos sábios tradicionais, pela fé, respeito e cumprimento das regras culturais e tradicionais, nas relações do dia-a-dia com a mãe terra. Confirmamos isso quando a natureza nos comunica algo e nós entendemos o canto dos pássaros, os diferentes jeitos de ventar, o sol desde a barra do dia até o pôr do sol, a lua, a chuva, os animais, o arco-íris, as estrelas, as plantas, etc. Essas sabedorias são guardadas na memória, são ensinamentos transmitidos de geração a geração, que o tempo não apaga.

Reafirmamos que os nossos rituais e a nossa medicina própria constituem uma forte relação religiosa com a Mãe Terra e a Biodiversidade. Cada Toante, cada Dança como: o Toré, as Três Rodas, o Bate Gancho, as Páreas, a Dança do Búzio, são práticas que trazem a harmonia, a união e a força da presença viva dos Encantados.

Cada história do nosso povo é parte essencial da experiência de vida que vem da memória para oralidade e a prática para fortalecer a nossa identidade. Um exemplo é a Serra da Fonte Grande, onde existe uma preciosa nascente e, até hoje, poucos Pankararu tiveram o merecimento de vê-la. Muitos já tentaram procurar sem permissão e ficaram perdidos mata adentro. Outros, por determinação dos Encantados, se depararam, inesperadamente, com sua rara beleza. Nesse momento de encantamento inexplicável, passamos a entender o significado de estarmos preparados, física e espiritualmente, para vivermos um encontro com o natural e o sagrado.

Cada nascente do nosso Mundo Encantado tem seu dono Encantado. Acreditamos e respeitamos nossa ciência, que transmite orientação e cura.

Maria Nazaré dos Santos  
<nazarepankararu@gmail.com>

# PANKARARU: MEMÓRIA QUE O TEMPO NÃO APAGA



**E**u tinha o costume de fumar com tio João Binga e perguntava sobre as coisas que aconteciam aqui na comunidade. Ele me falou de muitas lutas que nosso povo já tinha passado e o quanto tínhamos sofrido muito.

Contou a história dos revoltosos quando andavam perturbando por aqui, contou da retomada do Brejinho dos Coelho, do tempo que ele e suas lideranças fizeram o “travessão”...

Uma história que me chamou muita atenção foi a que sua mãe, Antonia Binga, tinha lhe contado. Ela dizia que aqui houve um tempo em que o governo mandou muita gente de fora pra cá, pessoas estranhas que não tinham nenhuma relação com nosso povo. Eram negros fugidos de outros lugares.

Naquela época, segundo João Binga, a aldeia ficou sobre os comandos de um chefe político da região chamado Cavalcante, conhecido por praticar muitas atrocidades contra o povo indígena. Muitos índios fugiram para as serras, inclusive o velho Serafim, avô de João Binga.

Cavalcante construiu engenhos no Brejo e toda riqueza produzida era só para ele, essa situação foi revoltando o nosso povo. Cansados de tanta opressão, três indígenas Pankararu resolveram fazer algo. Eles se refugiaram nas matas e chamaram pelos nossos Encantados para saberem o que estava acontecendo e o que poderia vir a acontecer.

Foram, então, orientados a fazerem a Jurema, a garapa de cana e trazerem fumo e cada um dos três deveria fazer uso de cada um dos elementos. Um iria tomar a Jurema, outro beber a garapa e o outro fumar. E assim fizeram. Após a experiência, os três perguntaram entre si sobre suas visões e um disse que tinha visto muita falsidade no Cavalcante e que se quisessem salvar a nação de tanto sofrimento deveriam matá-lo. Os outros dois confirmaram a mesma visão e acrescentaram um aviso dos Encantados: “Se matarmos, morreremos”.

Assim, foram ao encontro de suas esposas e filhos, se despediram e partiram para casa de Cavalcante. Lá chegando, disseram aos capangas do fazendeiro que queriam falar com ele. Entraram e foram conversar. E realmente, tudo o que haviam visto na experiência foi confirmado pela arrogância do Cavalcante. Na ocasião, um dos Pankararu puxou uma faca e matou Cavalcante. Os três fugiram para Cachoeira de Itaparica onde se esconderam por um tempo e depois foram achados pela polícia e mortos ali mesmo.

# MEMÓRIA DE VIDA

George de Vasconcelos  
<sarapopankararu@gmail.com>

E ao fim dessa história, meu tio, João Binga, fez as seguintes perguntas:  
- Alguém faria isso hoje? Será que alguém, mesmo sabendo que iria morrer, faria a mesma coisa pra salvar nosso povo?

E pediu que eu não respondesse, disse que o futuro me daria a resposta. Meu tio disse também que nós, Pankararu, devemos nos respeitar, pois querendo ou não, braiados (misturados) nós já estamos e agora somos uma nação única.

E foi pensando em tudo isso que resolvi escrever, pois acredito que essa história deve ser contada para as gerações atuais e as que estão por vir, para que cada um se orgulhe dos nossos antepassados e os valorize. Que cada um de nós passe essa mensagem adiante no intuito de fortalecer nossos laços de união. Quando tivermos qualquer obstáculo que nos venha a lembrança de nossos guerreiros que morreram para salvar a nossa nação. Acho que devemos fazer o mesmo que meu tio fez: contar nossas histórias às futuras gerações. Assim, manteremos viva a nossa memória.



# LICURI SEMPRE

Rita de Cássia Pankararu  
<kathikuik@gmail.com>

**L**embro quando ouvia as histórias da minha mãe, minha avó e meus tios em noite de lua clara, deitada em uma esteira no terreiro. Uma das que me marcou foi sobre o licurizeiro, que em ano de seca, os nossos mais velhos tiravam o miolo da planta e batiam para fazer o bró, comida não tão saborosa, mas que para escapar da fome, eles eram obrigados a comer.

Além do bró, o licurizeiro oferecia outros alimentos como o licuri verde para cozinhar e o licuri seco para fazer a farinha, que além de acompanhar o café, servia para misturar com a massa da mandioca e fazer o beiju na palha da bananeira. Também usavam a palha para fazer o abano, o chapéu, a bolsa, a trança e, também, a vassoura para vender nas feiras das cidades vizinhas (Nova Glória, Curralinho dos Bois, Barreiras, entre outras). Fui crescendo e, quando a seca apertou, minha mãe começou a buscar palha de licurizeiro para fazer a vassoura e também catar licuri para cozinhar e sustentar nossa família.

Eu lembro quando meus pais e meu irmão saíam de madrugada para a Serra Grande buscar as cargas de palha nos jegues. Além disso, minha mãe ainda trazia vinte “mói” de palha na cabeça para complementar a carga daquele dia. Eles levavam botas para se protegerem das cobras e dos perigos dentro da mata e bribotos (víceras) para comer lá porque só voltavam às três horas da tarde.

Na época, encontrávamos matas de licurizeiro na Serra Grande, Serra da Tapera, Serra do Rela e na Matinha. Quando a planta foi acabando nesses locais partiram para o Espinheiro e para a Baixa do Lero, já pertinho da Cidade de Petrolândia, aproximadamente, a 30 quilômetros da nossa aldeia. Eu ficava ansiosa para que eles chegassem com os licuris. Era uma festa!

Nós quebrando os licuris, fazendo correntes e depois colocando no pescoço para ir comendo aos poucos. Nós ripávamos as palhas, colocávamos para secar e depois fazíamos a vassoura. Era muito bom todo mundo junto: as primas e os tios rindo, comendo rapadura com farinha e contando anedotas. Muitas vezes, virávamos a noite para dar conta de umas quatrocentas vassouras. Adorava ir para a feira de Paulo Afonso/BA nas quintas-feiras e só voltava no sábado.

Como era ótima a viagem de caminhão! Eu adorava ir bem no alto, sentada em cima dos sacos de vassoura e quando chegava na beira do rio São Francisco, atravessava na balsa. Que felicidade!

Na feira, mãe fazia uma rodela de cinquenta vassouras, eu colocava na cabeça e saía oferecendo nos mercados. Muitas vezes não vendia e eu trocava por alimentos. Fiz isso por muitos anos e tive como grandes professoras a minha mãe, tia Bárbara, Maria de Elós, Deja, Maria Celestina, Erondina e Quitéria Binga. Todas foram exemplos de vida! Com sol ou com chuva, estavam lá na feira toda semana vendendo vassouras e frutas. Grandes guerreiras!

Ah! O licurizeiro...planta valiosa que me calçou, me vestiu e me alimentou por muito e muito tempo. Hoje, a planta está em extinção e, temendo um futuro sem licuri, estamos desenvolvendo na comunidade um trabalho de sensibilização. Através de palestras e oficinas realizadas no Museu Escola, conscientizamos crianças, jovens, adultos e educadores. Lá apresentamos os tipos de palha, a localização da planta no meio ambiente, a forma de retirada, as regras e os segredos da preservação dentro da ciência da mãe natureza e, por fim, as utilidades e transformações da matéria-prima, trazendo para a prática. Através da arte indígena, com os objetos e comidas, reafirmamos a nossa história e a memória dos mais velhos.

Penso para o presente o reflorestamento da planta licurizeiro e para o futuro, a criação de uma cooperativa. Retomando o licurizeiro como fonte de renda familiar, estamos também fortalecendo nossa identidade étnica.

Sou Pankararu com muito orgulho!



Minha mãe, Lizete Maria da Silva, aprendeu a fazer louça com a minha avó, Fernandina Maria de Araújo, que criou todos os seus sete filhos trabalhando com o barro, afirmando que essa atividade era o seu meio de vida. Como era daquele barro que vinha o nosso alimento, minha mãe seguiu minha avó dizendo: - Barro é vida!

Ela trabalhava mais à noite, sob a luz do candeeiro, pois durante o dia, cuidava de nós que, éramos todos pequenos. Ela fazia a arte com o barro e assava no forno feito também de barro e ferro. Comercializava as peças na própria comunidade, mas quando não conseguia, vendia aos não índios nas cidades mais próximas à aldeia (Moxotó/AL e Paulo Afonso/BA).

Às vezes, ela trocava as peças por feijão, arroz, farinha e açúcar. E foi assim, seguindo o exemplo de minha avó, que minha mãe conseguiu criar todos os filhos.

Dando sequência à tradição de nossa família, minha mãe me ensinou a trabalhar com a louça e da mesma forma, tenho criado meus seis filhos me dedicando à arte indígena com o barro. Faço a arte do cuscuzeiro, da quartinha, da panela, do pote, do tacho, do campião e dos pratos. Os objetos são utilizados diariamente em nossas casas, na lida doméstica, mas também tem significado importantíssimo nos nossos rituais sagrados. Mantemos nossa tradição cultural sabendo que essa arte indígena é feita da nossa própria terra. E foi aí que percebi o verdadeiro valor do barro para nós, Pankararu. Além de ser uma renda para minha família, tenho amor por essa arte que aprendi. Eu sou feliz assim.

Gostaria que todos nós voltássemos a produzir coisas retiradas da natureza, como o barro, a palha e a madeira, de forma que não agredisse o meio ambiente. Deixo o meu recado para os jovens Pankararu valorizarem a nossa arte. Porque a arte é a nossa cultura deixada pelos mais velhos, o que é muito valioso para todos nós!

## BARRO É VIDA

Entrevistada: Vilma Lizete

Entrevistadores: Geovan Miguel da Silva e Jailton Miguel da Silva.

<jailton@indiosonline.org.br>



## A DANÇA DO BÚZIO

A Dança do Búzio ficou um tempo guardada só na memória dos mais velhos. Dona Didinha, uma guardiã da memória de nosso povo, vem passando para os mais jovens a importância da Dança do Búzio. Ela afirma que esse ritual é muito valioso, que é uma dança muito antiga, da tradição de nosso povo Pankararu. Seu pai lhe contava sobre a dança e ela mesma testemunhou nas festas que participava. “Para dançar o Búzio, homens e mulheres ficavam em duas fileiras, uma ao lado da outra. Tinha uma parte da dança que se parecia com o Reisado, mas era Búzio, porque antes não tinha Reisado na comunidade.” A Dança do Búzio era previamente combinada para acontecer em alguma casa da aldeia. “Quando o ritual era em minha casa, fazia uma panela de café para receber os visitantes.” Dona Didinha lembra que às sete ou oito horas da noite, ela escutava o Búzio na estrada, fazendo aquele som: - Uuuú,eeeé...

Naquele tempo não tinha energia elétrica. Acendíamos um, dois ou três candeeiros dentro de casa e, quando os participantes chegavam no terreiro, já vinham cantando um Toante e diziam um verso: - Na chegada desta casa foram todos meus cuidados, toda vida ouvi dizer casa grande de gente honrada. E as mulheres respondiam: - Ólé ô lera lá, olé o lere o lera rá ia rá. E os tocadores com o Búzio: Ééééé... Muitas pessoas praticavam essa dança: o povo de Lotero, tio Zé Pebinha, tio Bié, tio Zé Gago. As cantadeiras eram: tia Nana, madrinha Rosa, Mãe Maria Urbana, Maria Cangula, que era irmã de João Tomás e Marcelina.

Todos cantavam e dançavam, mas os antigos morreram e acabou a festa. A Dança do Búzio acontecia, no dia de Reis, em dia de casamento na aldeia, na colheita de feijão, na tapagem de casa e em outras ocasiões, dependendo do querer de alguma família que convidava os cantadores e dançadores de Búzio. Só não o tocava quando morria alguém da comunidade. Qualquer pessoa que quisesse ouvir, que pudesse ir na festa, participava. Alguns matavam um porquinho, uma galinha, traziam o café e convidavam... “Eita! Era bom ver aquele búzio estrondar e o povo cantando, eles cantavam um louvado a Deus, ao dono da casa e a todos os participantes!” Graças ao incentivo dos mais velhos, a Dança do Búzio está sendo dançada.

Entrevistador: Atiã (Fernando Monteiro dos Santos) <atia@indiosonline.org.br>

Colaboração: Geovan Miguel dos Santos <aratykumpank@gmail.com>



A **THYDÊWÁ** agradece a todos os indígenas que, com protagonismo, colaboraram para a produção deste título - o 17º da coleção “Índios na Visão dos Índios”.

Este livro coletivo foi realizado, através do diálogo intercultural, em dois encontros no Pontão “Esperança da Terra” e viabilizamos o livro com recursos do Prêmio Ponto de Memória.

Quem quiser conhecer mais sobre o projeto “Memória”, visite: [www.thydewa.org/memoria](http://www.thydewa.org/memoria).

O livro contou com a colaboração artística e técnica da Oca Digital ([www.ocadigital.art.br](http://www.ocadigital.art.br)) e está disponível para ser baixado gratuitamente no portal ÍNDIO EDUCA ([www.indioeduca.org](http://www.indioeduca.org)). Caso deseje adquirir uma versão impressa, acesse RISADA ([www.risada.org](http://www.risada.org)).

Para informações atualizadas sobre as realidades indígenas, recomendamos navegar pela rede INDIOS ON-LINE ([www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net)).

Com o lançamento do livro MEMÓRIA, em setembro de 2012, a ONG Thydêwá comemora 10 anos de vida e agradece a BrazilFoundation por acompanhar nosso fortalecimento.

Realização:



THYDÊWÁ  
[www.thydewa.org](http://www.thydewa.org)

Sinergismo:



RISADA



ÍNDIOS ONLINE

Parceria:



Stampgraf  
Gráfica e Editora



BrazilFoundation  
10 ANOS



CULTURA  
VIVA  
PONTO DE CULTURA  
PULSANDO O BRASIL



FUNDO  
NACIONAL DA  
CULTURA



PONTOS de  
Memória



ibram  
Instituto Brasileiro de Museus

Ministério da  
Cultura



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA